

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL**

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE
DESCENDENTES DE IMIGRANTES ALEMÃES
CATÓLICOS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Sindia Maris Adams

Santa Maria, RS, Brasil

2011

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE DESCENDENTES DE IMIGRANTES ALEMÃES CATÓLICOS

Sindia Maris Adams

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em História do Brasil, Área de Concentração em História Regional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em História do Brasil.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Medianeira Padoin

**Santa Maria, RS, Brasil
2011**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em História
Curso de Especialização em História do Brasil**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE DESCENDENTES DE
IMIGRANTES ALEMÃES CATÓLICOS**

elaborada por
Sindia Maris Adams

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em História do Brasil

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof^a. Maria Medianeira Padoin, Dr^a. (UFRGS)
(Presidente/Orientadora)

Prof. Vitor Otávio Fernandes Biasoli, Dr. (USP)

Prof^a. Silvana Grunewaldt, Dr^a. (PUC-SP)

Santa Maria, 28 de novembro de 2011.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais, Marta e Silvério, por me proporcionarem a oportunidade de frequentar um curso superior, por acreditarem em mim e me incentivarem, mesmo estando distantes. Ao meu irmão Sander que, a partir deste último semestre, esteve próximo a mim, fazendo com que eu não esquecesse o entusiasmo que a universidade, e tudo o que ela representa, provocou-me no início de curso.

O meu reconhecimento, também, aos professores do Curso de Especialização em História do Brasil, em especial à minha orientadora, Prof^a. Maria Medianeira Padoin, que me auxiliou na busca de respostas às minhas dúvidas e possibilitou o meu crescimento como acadêmica.

Agradeço a todos os amigos e amigas que conheci em Santa Maria, pessoas de tantos lugares e cursos diferentes, nestes sete anos em que aqui vivo. Em especial, à Cristiane, amiga desde os tempos de colégio que, inclusive, passou pelas angústias de elaboração de monografia no mesmo período, fazendo com que eu entendesse plenamente as incertezas, cansaço e medos da outra.

Por fim, mas não menos importante, o meu carinho a uma pessoa que passou a fazer parte da minha vida neste último ano: Rodrigo, meu namorado, que soube aliviar minhas preocupações e entendeu quando precisei me dedicar integralmente aos estudos.

A todos vocês que, de uma forma ou de outra, me levaram a ser o que sou, o meu MUITO OBRIGADA!

“Povo sem tradição é indivíduo sem memória: não sabe quem é nem donde vem, nem para onde vai, fica solto no espaço e no tempo, sem raízes que lhe deem apoio para firmar sua posição na História e sem a seiva vital que lhe vivifique a arremetida no sentido do progresso.”

(Carlos Galvão Krebs)

RESUMO

Monografia de Especialização
Programa de Pós-Graduação em História
Curso de Especialização em História do Brasil
Universidade Federal de Santa Maria

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE DESCENDENTES DE IMIGRANTES ALEMÃES CATÓLICOS

AUTORA: SINDIA MARIS ADAMS

ORIENTADORA: MARIA MEDIANEIRA PADOIN

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 28 de novembro de 2011.

Este trabalho procura identificar elementos importantes na construção da identidade de imigrantes alemães católicos e seus descendentes, especialmente no que se refere ao papel da Igreja Católica nesse processo. Percebe-se que essa instituição utilizou-se das escolas e da língua desses colonos para implementar seu projeto de Restauração, sendo que, dessa forma, contribuiu, indiretamente, para a construção dessa identidade específica. Além disso, identifica-se a presença dessas características no município de São Paulo das Missões, constituído, basicamente, por descendentes de imigrantes alemães católicos. O trabalho está dividido em três capítulos: o primeiro traz o panorama geral da imigração germânica para o Brasil; o segundo refere-se à construção da identidade de descendentes de imigrantes alemães católicos a partir de sua religiosidade, e a ligação da mesma com a língua e a escola; e o terceiro procura identificar a maneira como essa construção se deu no município de São Paulo das Missões.

Palavras-chave: Imigração alemã; São Paulo das Missões; identidade; religião católica.

ABSTRACT

Monograph of Specialization
Post-Graduation Program in History
Specialization Course in History of Brazil
Federal University of Santa Maria

THE CONSTRUCTION OF THE IDENTITY OF DESCENDANTS OF GERMAN CATHOLIC IMMIGRANTS

AUTHOR: SINDIA MARIS ADAMS

ADVISER: MARIA MEDIANEIRA PADOIN

Date and Place of Defense: Santa Maria, November 28th, 2011.

This work aims to identify important elements in the identity building of German Catholic immigrants and their descendants, especially with regard to the role of the Catholic Church in this process. It is perceived that this institution utilized itself of schools and of these settlers' language to implement its project of Restoration, thus, this way, it contributed indirectly to the construction of this specific identity. Furthermore, the presence of these characteristics is identified in the municipality of São Paulo das Missões which is essentially constituted by descendants of German Catholic immigrants. The work is divided into three chapters: the first one presents the general overview of German immigration to Brazil; the second one refers to the construction of the identity of German Catholic immigrants' descendants from their religiosity, and its link with the language and the school; and the third chapter searches to identify how this construction happened in São Paulo das Missões.

Keywords: German immigration; São Paulo das Missões; identity; religiosity; Catholicism.

LISTA DE FIGURAS

MAPA 01 - Unificação da Alemanha	18
MAPA 02 - Localização geográfica do município de São Paulo das Missões	52

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 O PANORAMA DA IMIGRAÇÃO GERMÂNICA NO BRASIL.....	16
1.1 A Alemanha e o Brasil no período da imigração.....	16
1.2 O processo imigratório germânico no Brasil.....	21
1.3 A legislação brasileira referente à imigração.....	26
1.4 A participação política do imigrante e de seus descendentes.....	29
2 A RELIGIÃO, A ESCOLARIDADE E A GERMANIDADE DOS IMIGRANTES ALEMÃES CATÓLICOS E SEUS DESCENDENTES.....	34
2.1 A Igreja Católica no Brasil do século XIX.....	34
2.2 A igrejas católica e luterana dos imigrantes germânicos.....	39
2.3 As escolas dos imigrantes germânicos católicos.....	42
2.4 Escolaridade, língua e preservação/redefinição de identidades.....	47
3 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE DESCENDENTES DE IMIGRANTES ALEMÃES CATÓLICOS EM SÃO PAULO DAS MISSÕES.....	51
4 CONCLUSÃO.....	62
5 REFERÊNCIAS.....	66

INTRODUÇÃO

A imigração germânica¹ para a região sul do Brasil é um tema bastante estudado na academia, principalmente pelos descendentes dessa etnia, entre os quais me incluo. Porém, por ser um tema que apresenta diversas possibilidades, está longe de se esgotar, o que justifica este trabalho, intitulado “A construção da identidade de descendentes de imigrantes alemães católicos”.

Por ser oriunda de uma região constituída principalmente por descendentes de imigrantes alemães católicos, na qual se situa o município de São Paulo das Missões, chamou-me à atenção o fato de que, mesmo decorrido um século após a chegada dos primeiros colonizadores (a partir de 1911), a maior parte da população ainda define sua identidade a partir dos elementos trazidos por estes seus antepassados. Assim, a religião católica e o dialeto Hunsrueck continuam sendo características definidoras da identidade dessas pessoas, e cabe perguntar através de quais meios essa manutenção foi possível.

Pelo fato de que o tema da imigração germânica já me despertava interesse ainda durante a graduação em História, motivando a leitura de diversos trabalhos sobre esse assunto e, principalmente, a partir de estudos realizados para esta monografia, pode-se afirmar que a Igreja Católica teve papel fundamental para a preservação dos caracteres acima citados. Ela controlava toda a vida social dos

¹ Neste trabalho, quando nos referimos a “imigrantes germânicos”, estamos falando dos imigrantes que vieram no período anterior à Unificação Alemã, ocorrida em 1871. Após essa data, convencionamos utilizar os termos “imigrantes alemães”.

colonos, coordenava a escola, enfim, moldava o modo de pensar das famílias que a seguiam.

O único livro escrito sobre a história do município de São Paulo das Missões² (não acadêmico) demonstra a importância da religião em diversas passagens, como na que segue abaixo:

A religião da comunidade era católica, e tinham uma fé muito profunda. Observavam os mandamentos nos menores detalhes, praticavam a abstinência de carne às sextas-feiras. Como no início não existia Igreja no local, deslocavam-se no lombo do cavalo até Salvador das Missões, para ali assistir a santa missa. Mais tarde com o surgimento da primeira capela, recebiam visita do padre uma vez por mês, ficando este pelo período de três a quatro dias na comunidade.³

Por outro lado, autores como Lucio Kreutz apontam a nítida vinculação entre Igreja Católica, o imigrante alemão e suas escolas. De acordo com o referido autor,

As igrejas Católica e Evangélica assumiram a questão escolar como seu principal ponto de apoio para a ação continuada e estruturada nos núcleos rurais. Em contrapartida, as sanções, para quem não se comprometesse com a escolarização dos filhos e manutenção da escola e do professor também eram religiosas. Os possíveis infratores seriam excluídos do solene cerimonial da primeira eucaristia (católicos) ou confirmação (evangélicos), celebrações densas de simbolismo, equivalentes a ritos de iniciação. Nos referenciais então criados, essa exclusão seria inadmissível. Entende-se, assim, como essas comunidades rurais conseguiram manter-se e conviver sem precisar praticamente de estruturas judiciais e penais civis, já que se organizavam fortemente no domínio do simbólico, de forma preventiva. Esse simbólico não seria aceito, não valeria de forma idêntica, no essencial, para mais de mil núcleos rurais, se não houvesse um acentuado projeto cultural e uma forte estrutura comunitária, com ampla rede de associações, criadas e dinamizadas numa perspectiva comum, numa utopia teuto-brasileira.⁴

Aliado a isso, através da leitura de autores como Martin N. Dreher⁵, importante estudioso das religiões, especialmente dos imigrantes alemães, também se percebe a necessidade de levar em consideração tal aspecto ao estudar a imigração. Dreher (2006) aponta vários elementos que justificam essa afirmação: a

² NEDEL, Airton Moacir. **São Paulo das Missões – “Teu Passado é Nossa História.”** Cerro Largo: Gráfica Lenz. 1999.

³ Ibidem, p. 47.

⁴ Escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul: perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia, VASCONCELLOS, Naira (org.). **Os alemães no Sul do Brasil.** Canoas: Ulbra, 1994, p. 153.

⁵ As Religiões. In: PICCOLO, Helga Iracema L., PADOIN, Maria Medianeira (dir.). **História Geral do Rio Grande do Sul - Império.** Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 321-336. (Coleção).

discussão em torno da cidadania, desencadeada a partir do momento em que havia no Império brasileiro um grande número de pessoas que professavam uma fé diferente da oficial do Estado, e que precisavam ter seus direitos reconhecidos; o estranhamento dos imigrantes germânicos católicos com o catolicismo festeiro aqui encontrado, o que motivava a organização das próprias capelas; a sociabilidade que se organizava em torno da capela, frequentada tanto por homens quanto por mulheres, o que também era diverso da tradição luso-brasileira; a ocorrência de padres e pastores leigos, na falta daqueles com formação oficial; e o cuidado que devemos ter com a historiografia, que construiu um imigrante crente, ignorando o fato de que nas colônias havia muitos maçons, liberais, racionalistas, positivistas, anarquistas e socialistas.

Pelo que já foi exposto, entende-se que este trabalho, situado dentro do grupo de pesquisa CNPQ História Platina: Poder e Instituições, e vinculado à linha de pesquisa Fronteira e Imigração, seguirá a linha da História Cultural que, dentre outros objetos de estudo, trata das representações que o homem faz de sua realidade e segundo as quais orienta suas atitudes. Segundo Pesavento:

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio de representações que constroem sobre a realidade⁶.

Nesse sentido, estudar-se-ão as representações que imigrantes alemães católicos e seus descendentes construíram em torno de si mesmos, como grupo que, mesmo vivendo em contato e sofrendo influências de pessoas de outras etnias e crenças, continua afirmando sua identidade particular, tomando por exemplo o município de São Paulo das Missões.

Por conseguinte, para a construção dessa identidade, o papel da memória para as pessoas que se vêem como descendentes de imigrantes alemães é fundamental. Assim, de acordo com Le Goff: “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade* [grifo do autor], individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje,

⁶ **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 39.

na febre e na angústia”⁷. Nessa memória estão inclusos elementos da vivência pessoal, da transmissão a partir de pessoas mais idosas e da história oficial, aprendida na escola e nos livros didáticos.

Da mesma forma, Catroga⁸ explica que a construção da identidade se dá a partir da relação da sociedade com a subjetividade de cada indivíduo:

A formação do *eu* será, assim, inseparável da maneira como cada um se relaciona com os valores da(s) sociedade(s) e grupo(s) em que se situa e do modo como, à luz do seu passado, organiza o seu percurso como *projeto*. (...) ele é um microcosmo constituído pela síntese que resulta do trabalho que a mediação subjetiva opera sobre as várias influências exteriores.

Além disso, conforme Correa:

[...] um grupo pode adotar elementos culturais de um outro grupo, como a língua, a forma de moradia ou costumes alimentares, e continuar mesmo assim a ser percebido e a perceber-se como diferente. Ou seja, a manutenção das fronteiras entre os grupos étnicos não depende da permanência de suas culturas⁹.

Assim, apesar de haver a interação entre os grupos, a base de identificação, e conseqüente exclusão do “Outro”, continua existindo. Essa base, entre católicos e demais credos, é basicamente a religião, mas para imigrantes e brasileiros, é também a língua. Segundo Correa¹⁰:

Nesse contexto de imigração alemã para o Rio Grande do Sul, as línguas portuguesa e alemã serviram como demarcadoras de espaços étnicos. De acordo com o ponto de vista, seja de brasileiros como de alemães, tratava-se de uma divisão espacial entre civilizados e bárbaros, em que o bárbaro é sempre o Outro.

Também de acordo com Pesavento¹¹, a relação de pertencimento a determinada identidade constitui-se na medida em que essa identidade apresenta um conjunto de elementos positivos, que valorizam a pessoa que faz parte dela em

⁷ **História e Memória**. Trad. Eduardo Leitão et. al. 5 ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003, p. 469.

⁸ Recordação e esquecimento. In: **Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história**. Coimbra: Almeida, 2009, p. 15.

⁹ Narrativas sobre o Brasil alemão ou a Alemanha brasileira: etnicidade e alteridade por meio da literatura de viagem. In: **Revista Anos 90** – v. 12, n° 21/22, Porto Alegre: UFRGS, Janeiro/dezembro de 2005, p. 238.

¹⁰ Ibidem, p. 246.

¹¹ **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 89-91.

oposição ao Outro, ao diferente, de outra identidade, que é carregado com elementos negativos. Porém, a identidade de um indivíduo nem sempre é única, pelo contrário, geralmente ocorre a sobreposição de diferentes identidades, desde que estas sejam complementares. Nesse sentido, pode-se entender como um descendente de imigrantes alemães se afirma alemão no Brasil, mas brasileiro quando estiver na Europa.

Além disso, são pertinentes as considerações de Emílio Willems:

Evidentemente, o significado emocional que os valores culturais possuem para os componentes de qualquer sociedade não só aumenta a probabilidade de um sistema social funcionar com um mínimo de atritos internos, mas também representa uma defesa externa relativamente eficiente na hipótese de ocorrerem contatos com sociedades culturalmente diferentes. Pois as relações emocionais que prendem o homem à sua cultura não permitem que ele julgue valores estranhos com critérios diversos dos de seu grupo. Surge assim o que se convencionou chamar de *etnocentrismo*, quer dizer, uma 'visão dos fatos que leva a considerar o próprio grupo como centro de tudo, e a comparar e avaliar todos os demais com referência a ele'. O *etnocentrismo* como atitude emocional classifica valores estranhos de acordo com o grau de diferença que os separa dos valores próprios, atribuindo o último lugar aos mais diferentes. Proporcionalmente a essa classificação aumenta ou diminui o preconceito com relação aos representantes humanos de costumes e tradições estranhos¹².

Com isso, pode-se entender porque a diferenciação entre descendentes de imigrantes alemães e demais etnias brasileiras continua presente, exercendo seu papel de identificar o outro em oposição aos seus membros. Fica muito nítida a colocação do autor quando este afirma que a cultura assumida por determinada pessoa sempre será positiva, enquanto que a do outro é negativa, e isso justifica o distanciamento entre elas. Da mesma forma, compreende-se a unidade construída em torno de cada uma delas, onde elementos de outras culturas foram incorporados de tal forma que suas origens são até esquecidas como, por exemplo, o hábito de tomar chimarrão.

Para uma melhor sistematização deste estudo, o mesmo será dividido em três capítulos. O primeiro faz uma contextualização do momento histórico vivido pelo Império brasileiro no século XIX e também do início do século XX, bem como do processo de unificação da Alemanha e da legislação que regulamentava a imigração, o estabelecimento das colônias e os direitos dos imigrantes e seus

¹² **A aculturação dos alemães no Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980. p. 04.

descendentes. Já o segundo capítulo refere-se à construção da identidade de descendentes de imigrantes alemães católicos a partir de sua religiosidade, e a ligação da mesma com a escola. Finalmente, o terceiro capítulo procura identificar a maneira como essa construção se deu no município de São Paulo das Missões.

Com este trabalho, portanto, pretende-se mostrar que identidade coletiva e individual são uma característica construída e em permanente adaptação para cada pessoa ou grupo social, e verificar quais, e de que forma, diferentes forças atuaram para moldar o que podemos encontrar hoje no Município estudado.

1 O PANORAMA DA IMIGRAÇÃO GERMÂNICA

Este capítulo tem por objetivo apresentar sinteticamente o panorama histórico e político brasileiro e dos Estados germânicos em processo de unificação nos anos imediatamente anteriores e durante o período de vinda de imigrantes europeus para o Brasil, abrangendo os primeiros quartéis dos séculos XIX e XX. Além disso, preocupa-se com algumas questões básicas da forma como os imigrantes se estabeleceram e se organizaram nas colônias. Isso é necessário para esclarecer os motivos que levaram ambas as partes envolvidas a promoverem tal imigração, que trouxe cerca de 235 mil pessoas¹³ para o Brasil, bem como o modo como ela se deu e o que dela resultou.

1.1 A Alemanha e o Brasil no período da imigração

Para introduzir este tópico, convém apresentar a citação de Serlei Maria Fischer Ranzi:

O crescimento demográfico na Europa a partir do século XIX, aliado à sua evolução técnica e econômica, age como um estimulante e determina movimentos migratórios que permitem certa adaptação da oferta à procura

¹³ SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia, VASCONCELLOS, Naira (org.). **Os alemães no Sul do Brasil**. Canoas: Ulbra, 1994, p. 12.

no mercado de trabalho. Esse processo migratório vai propiciar a concentração urbana e o desenvolvimento da indústria e do comércio.¹⁴

Com isso, em pouco tempo, acumulou-se um excedente populacional nas cidades, que não encontrava opções de trabalho e, assim, dirigia-se à imigração para outros Estados. Nesse sentido, o processo imigratório foi motivado pelas necessidades e objetivos dos Estados envolvidos, a saber, os atuais Alemanha e Brasil; enquanto a primeira contava com um excedente populacional, no segundo observava-se escassez de mão de obra¹⁵. Além disso, o cenário encontrado nos Estados germânicos deve ser visto como um acontecimento mais amplo, que afetou toda a Europa no século XIX, com o desenvolvimento do capitalismo.

Quando iniciou a emigração para o Brasil, a Alemanha ainda não estava unificada. Na Europa, havia um conjunto de 39 estados independentes, alguns mais e outros menos desenvolvidos economicamente, mas com a mesma base cultural. Por isso, nos primeiros tempos, a emigração para o Brasil era uma questão interna de cada estado.

No entanto, desde 1815, os Estados germânicos (conforme Mapa 1) estavam reunidos na Confederação Germânica, “com a liderança política sendo dividida entre a Prússia protestante, militarista e industrializada e a Áustria, católica e multinacional conservadora.”¹⁶

Em 1834, foi criado o Zollverein, uma união das alfândegas de quase todos os Estados germânicos, com exceção da Áustria, com o objetivo de eliminar os impostos na comercialização entre seus membros. Tal união muito contribuiu para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico da região, e aumentou o desejo, entre muitos intelectuais, de promover a unificação dos estados-membros em um

¹⁴ **Alemães Católicos:** Um Estudo Comparativo de Famílias em Curitiba (1850-1919). Curitiba: Universidade Federal do Paraná (Tese de Doutorado), 1996, p. 50. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/24634/T%20-%20RANZI,%20SERLEI%20M%20ARIA%20FISCHER.pdf;jsessionid=52F889621E4B90AAA35A2729EF1D42D9?sequence=1>. Acessado em 18 de maio de 2011.

¹⁵ Vale lembrar que as teorias racistas da época (ver WEIMER, 1980) desejavam o branqueamento da população brasileira, de modo que a população negra existente no país não tinha direito a propriedade de terras, dificilmente conseguiu assumir postos de trabalho assalariados, e não recebeu qualificação para os mesmos.

¹⁶ NEGRÃO, Regis Ferreira. **Imigração Alemã e Educação Católica na Curitiba de finais do século XIX e início do XX**. Itatiba, 2008, p. 33 (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <http://www.usf.edu.br/itatiba/mestrado/educacao/uploadAddress/RegisNegrao%5B10461%5D.pdf>. Acessado em 20 de outubro de 2011.

único estado, que seria forte o bastante para competir com a Inglaterra e a França, as nações hegemônicas daquele período.



Mapa 1 – Unificação da Alemanha (1871).

Fonte: DUBY, Georges. **Atlas Histórico Mundial**. Madrid: Debate, 2001, p. 105.

Com isso, a partir de meados da década de 1840, com o fortalecimento do nacionalismo que colaboraria para a futura unificação, surgem teorias que alertam para a importância da manutenção de características culturais e sociais pelos emigrados nas terras estrangeiras:

Os emigrados alemães deveriam garantir a formação de um mercado consumidor para os produtos da nascente indústria da Alemanha, suprimindo para a economia alemã a falta de colônias. Por meio de estreitas ligações econômicas deveriam ser fortalecidas também as ligações culturais, garantindo entre os alemães emigrados a preservação da língua e dos costumes.¹⁷

A partir da nomeação de Otto von Bismarck, em 1862, como primeiro-ministro da Prússia, esse país liderou o processo de unificação política dos Estados germânicos. Utilizando a força militar, Bismarck, o “Chanceler de Ferro”, conseguiu submeter os territórios germânicos que lhe interessavam ao domínio do rei da Prússia, Guilherme I que, em 18 de janeiro de 1871, foi proclamado imperador da Alemanha.¹⁸

Porém, “esse processo político causou”, por outro lado,

uma intensa transformação econômica, com a eliminação das terras comunais [...] e a desarticulação do trabalho artesanal, o que gerou uma tensão social muito grande. Em outras palavras, o número de pessoas sem terra e sem trabalho garantido aumentou.¹⁹

Por tais motivos, muitas dessas pessoas se encaminharam à imigração para o Brasil, juntamente com aquelas que fugiam de perseguições políticas e religiosas, da integração forçada ao exército e as que eram retiradas das casas de correção. Conforme Serlei Ranzi:

Olhando o conjunto da situação alemã no século XIX, pelo menos até 1871, temos vários pequenos estados conturbados por uma série contínua de revoluções e guerras, com uma estrutura econômica mais ou menos instável. Nesse contexto, os camponeses formam a maior parte dos grupos de emigrantes, juntamente com contingentes fugidos das revoluções de 1830 e 1848. [...]

Além dos aspectos socioeconômicos que explicam a migração alemã, outra razão, não menos importante, vem aliar-se a eles: o fator político. Dessa forma, um novo contingente populacional formado pelos liberais que se colocavam contra as monarquias conservadoras é forçado a emigrar.²⁰

¹⁷ CUNHA, Jorge Luiz da. Imigração e Colonização Alemã. In: PICCOLO, Helga I. L., PADOIN, Maria Medianeira (dir.). **História Geral do Rio Grande do Sul - Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 283. (Coleção).

¹⁸ BENTIVOGLIO, Julio. Cultura Política e Historiografia Alemã No Século XIX: A Escola Histórica Prussiana e a *Historische Zeitschrift*. In: **Revista de Teoria da História** da Universidade Federal de Goiás, Ano 1, Número 3, junho/ 2010, p. 07.

¹⁹ KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002, p. 90.

²⁰ **Alemães Católicos: Um Estudo Comparativo de Famílias em Curitiba (1850-1919)**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná (Tese de Doutorado), 1996, p. 50. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/24634/T%20-%20RANZI,%20SERLEI%20M>

Já o Brasil, no início do século XIX, ainda colônia de Portugal, baseava-se na grande lavoura trabalhada pelo braço escravo, característica que se manteria até o último quartel do referido século. Com a chegada da família real portuguesa (1808), em fuga da ameaça napoleônica, passou à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves (1815). Nessa nova posição, fez-se necessário inserir o Brasil no contexto do desenvolvimento do capitalismo que se verificava em outros Estados, principalmente na Inglaterra, que pressionava pelo fim do tráfico negreiro. De acordo com Pesavento

Para um país de imigração como o Brasil, o fenômeno se vincula ao momento fundamental em que se dá, no âmbito nacional, a transição das relações escravistas para as relações assalariadas. Trata-se da internalização do capitalismo no Brasil, quando, historicamente, o capital passa a apropriar-se da produção em nível mundial. Fundamentalmente, o imigrante estrangeiro destinou-se a fornecer força-trabalho em substituição ao braço escravo nas lavouras do café.²¹

Aliado a isso, era importante a criação de uma camada da população voltada à produção de elementos de consumo interno, para diminuir as importações. Nesse cenário é que se insere a colonização das áreas despovoadas²² do sul do Brasil, conforme Pesavento:

A “política de colonização” surgiu como subordinada à política global de imigração no Brasil. Ou seja, a formação de núcleos de produção agrícola que, em regime de pequena propriedade, contribuíssem para a diversificação da estrutura produtiva brasileira e para o abastecimento do mercado interno, não pode ser um fenômeno desvinculado do processo mais amplo de internalização do modo capitalista de produção no Brasil. O capitalismo, ao implantar-se, gera diversificações na estrutura econômica, desníveis e necessidades, entre as quais se insere a política de colonização dirigida.²³

A partir da independência do Brasil, no governo de D. Pedro I, além dos fatores acima mencionados, também colaborou para a vinda dos imigrantes a necessidade de soldados que atuassem na defesa das fronteiras do Estado recém-independente, sempre em disputa com os vizinhos platinos. Como D. Pedro I

ARIA%20FISCHER.pdf;jsessionid=52F889621E4B90AAA35A2729EF1D42D9?sequence=1. Acessado em 18 de maio de 2011, p. 51.

²¹ O imigrante na política rio-grandense. In: DACANAL, José Hildebrando. **RS: Imigração e Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p.157.

²² Leia-se “não colonizadas pelo homem branco,” pois as populações nativas não eram consideradas.

²³ PESAVENTO, Sandra Jatthy. Op. cit.

apreciava o exército germânico, e sendo sua esposa Leopoldina austríaca²⁴, decidiu-se por recrutar soldados entre essa população²⁵. Assim, foram criados os batalhões de estrangeiros, compostos de “colonos soldados que deveriam povoar as regiões de fronteiras no sul do país”²⁶. Com isso, em 1824, iniciava-se a colonização germânica no Rio Grande do Sul.

1.2 O processo imigratório germânico no sul do Brasil

A colonização germânica para o Rio Grande do Sul pode ser dividida em três fases, de acordo com Fábio Kühn²⁷: a *fase de subsistência*, (1824-1845), em que se destacam as dificuldades de instalação dos imigrantes em meio à mata nativa, sujeitos aos ataques dos índios e das feras e à falta de recursos de todos os tipos, inclusive do apoio financeiro do governo, suspenso após a Lei Orçamentária de 1830; a *fase de expansão do comércio* (1845-1870), onde já havia grande produção de excedentes agrícolas que passaram a ser comercializados e a gerar riquezas para uma parcela da população; e a *fase da industrialização* (a partir de 1870), na qual se observa a fundação de diversas empresas pelos descendentes de imigrantes, muitas delas ainda operantes na atualidade.

Sobre o período de industrialização, Kühn (2002) diferencia o processo de acumulação de capital pelos industriais do sul do Brasil com os de São Paulo. No sul, este capital teve origem ligada à produção voltada para o mercado interno, que dava lucros menores, porém mais seguros, enquanto que em São Paulo a acumulação deu-se a partir do mercado de exportação, que estava sempre sujeito às oscilações internacionais.

²⁴ A esposa de D. Pedro II, Dona Maria Teresa, era italiana, e isso colaborou para que, posteriormente, fossem buscados imigrantes para o Brasil entre essa etnia. Com isso, podemos perceber o papel da mulher e também a importância das relações entre países construídas a partir dos casamentos dos ocupantes do trono.

²⁵ NEDEL, Airton Moacir. **São Paulo das Missões – “Teu Passado é Nossa História.”** Cerro Largo: Gráfica Lenz, [1999], p. 05-06.

²⁶ CUNHA, Jorge Luiz da. Imigração e Colonização Alemã. In: PICCOLO, Helga I. L., PADOIN, Maria Medianeira (dir.). **História Geral do Rio Grande do Sul - Império.** Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 281. (Coleção).

²⁷ KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Leitura XXI, 2002, p. 90-92.

Segundo Cunha²⁸, os imigrantes, além de corresponderem aos ideais de branqueamento da população brasileira em voga na época, tinham funções diferentes de acordo com a região para a qual eram encaminhados. Na região Sudeste, deveriam substituir o braço escravo na produção de café, que rareava devido às pressões inglesas. Já na região Sul, deveriam constituir pequenas propriedades baseadas na mão de obra familiar para liberar mais escravos para o Sudeste, e ocupar as terras sempre disputadas pelos vizinhos platinos, que nesse momento também viviam a fase de construção de seus estados nacionais. Além disso, as colônias deveriam ser voltadas à produção de gêneros alimentícios, para abastecer as cidades e o exército, e seus membros deveriam ainda engrossar as bases militares para defender a recém-conquistada independência política (1822), sendo muitas vezes recrutados à força²⁹.

Além disso, de acordo com Cunha:

O poder e o prestígio dos estancieiros após a crise do trigo e a desagregação das comunidades agrícolas açorianas, provocaram seu afastamento político-ideológico dos interesses do Império e a sua crescente identificação com os estancieiros platinos, liberais e republicanos, acelerando a eclosão e prolongando a guerra civil entre 1835 e 1845. A existência de comunidades agrícolas, especialmente de pequenos e médios proprietários, caracteristicamente conservadores, poderia restabelecer o equilíbrio e a ordem política, ainda mais se fossem formadas por imigrantes habituados e afeitos ao regime monárquico³⁰.

Assim, percebemos que, além dos fatores econômicos, os imigrantes seriam um importante elemento no jogo político, embora não participassem diretamente dele nos primeiros anos (não votavam e, obviamente, não podiam ser eleitos). Como também resume Pesavento:

A vinda de imigrantes alemães para o sul esteve, portanto, mais ligada a uma política colonizadora do centro do que aos interesses da oligarquia regional gaúcha. Por outro lado, a política de D. Pedro I, ao que parece, estaria mais preocupada em instalar núcleos de pequenos proprietários para fazer frente ao poder de grandes proprietários³¹.

²⁸ CUNHA, Jorge Luiz da. Imigração e Colonização Alemã. In: PICCOLO, Helga I. L., PADOIN, Maria Medianeira (dir.). **História Geral do Rio Grande do Sul - Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 280.

²⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imigrante na política rio-grandense. In: DACANAL, José Hildebrando. **RS: Imigração e Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p. 161.

³⁰ CUNHA, Jorge Luiz da. Op. cit., p. 290.

³¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit., p. 159.

Já os emigrantes eram seduzidos em sua terra natal por promessas de muitas facilidades no novo território, caso aceitassem emigrar. Os agentes a serviço do governo brasileiro ofereciam grandes extensões de terras gratuitas, bem como animais, ferramentas, mantimentos e assistência financeira nos primeiros tempos, além da liberdade religiosa.

No entanto, ainda durante a travessia do Atlântico, os emigrantes percebiam que nem tudo era como prometido. Os navios, superlotados, não ofereciam condições para uma viagem tão longa, sendo que muitas pessoas morriam por doenças e inanição, e seus corpos eram jogados ao mar. Os relatos da agonia de tal viagem podem ser encontrados em muitos relatos dos colonos, a partir dos quais pode-se resumir o que segue:

Entulhados em acomodações imundas e mal ventiladas, com poucas provisões para aguentar uma travessia que poderia durar de três a quatro meses, não é de se admirar que muitos nem chegassem a pisar o tão sonhado solo brasileiro. Morriam em proporções significativas, principalmente de tifo e cólera, doenças comuns nos navios da época. Essa situação impunha a necessidade de quarentena nos portos de acolhida, antes do desembarque.³²

No momento da chegada, as promessas feitas também geralmente não eram cumpridas, e essas informações chegavam à Europa pelas cartas mandadas pelos colonos a seus parentes e amigos e pelos viajantes que por aqui passaram, alguns deles, inclusive, a serviço do governo de seus Estados. Isso gerou o descrédito do Brasil nas regiões emigratórias e até restrições à emigração (como o *Rescripto von der Heydt*, da Prússia, em 1859), mas não impediu a vinda de mais imigrantes³³. Tal fato se explica pelas iniciativas particulares e, principalmente, pela imigração espontânea, ocorrida devido ao convite de parentes e amigos já estabelecidos aqui anteriormente e que enviavam recursos para a viagem dos novos emigrantes. Essa forma de imigração se manteve até meados do século XX, embora tenha sido superada em números pela de outras etnias, como a italiana.

³² SIRIANI, Sílvia Cristina Lambert. Os descaminhos da Imigração alemã para São Paulo no século XIX – aspectos políticos. In: **Almanack brasileiro**, nº 2, novembro de 2005, p. 96. Disponível em: http://www.almanack.usp.br/PDFS/2/02_artigos_4.pdf. Acessado em 12 de outubro de 2011.

³³ CUNHA, Jorge Luiz da. Imigração e Colonização Alemã. In: PICCOLO, Helga I. L., PADOIN, Maria Medianeira (dir.). **História Geral do Rio Grande do Sul - Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 295.

Devido à sua importância, a empresa imigratória foi regulamentada por diversas leis no Brasil, embora estas muitas vezes não tenham sido respeitadas, e alteradas de acordo com o momento histórico vivido pelos Estados envolvidos. Assim, a Lei do Orçamento de 1830 aboliu os auxílios aos colonos e soldados germânicos, pelas críticas que recebia da oposição em função dos altos gastos com esses subsídios. Tal corte acabou com a imigração promovida pelo governo por todo o Período Regencial, e esta só foi retomada a partir do reinado de D. Pedro II e, no Rio Grande do Sul, somente após o fim da Revolução Farroupilha (1835-1845). No entanto, conforme Cunha:

Durante a Regência houve uma dupla política em relação à imigração: de um lado, procurou-se estimular as iniciativas particulares e a imigração espontânea de estrangeiros; de outro, houve um esforço para o estabelecimento de medidas legais que preparassem e facilitassem, no futuro, a retomada do processo de imigração e colonização³⁴.

Assim, novamente fica explícita a importância dada ao projeto colonizador pelo governo brasileiro e, com isso, já podemos entender porque a Lei do Orçamento de 1848³⁵ concede 6 léguas de terras devolutas às províncias, que não deveriam ser trabalhadas por braço escravo. Nesse momento, a responsabilidade sobre a empresa imigratória é transferida do Império para as províncias.

Por outro lado, a partir de 1840, com o fortalecimento do projeto nacionalista e unificador nos estados germânicos, surgiu entre seus idealizadores a ideia de que os emigrados precisavam preservar as ligações culturais com sua terra natal, de modo a construir uma espécie de colônias germânicas em outros estados, como outros países imperialistas possuíam. Essas colônias na América do Sul deveriam consumir as ideias em voga e os produtos da indústria germânica (nesse momento, especialmente prussiana) que se fortalecia, com o objetivo de contrabalançar o fato

³⁴ CUNHA, Jorge Luiz da. Imigração e Colonização Alemã. In: PICCOLO, Helga I. L., PADOIN, Maria Medianeira (dir.). **História Geral do Rio Grande do Sul - Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 283.

³⁵ “Em 1848, a Lei Orçamentária do governo geral concedeu a cada província do Império seis léguas em quadro (cerca de 26.000 ha) de terras devolutas, as quais deveriam ser destinadas exclusivamente à colonização, não podendo ser trabalhadas por braços escravos. Tais terras não poderiam ser transferidas pelos colonos enquanto não estivessem efetivamente cultivadas e, ainda, poderiam reverter ao domínio das províncias se dentro do prazo de cinco anos os colonos não tivessem cumprido esta última condição.” (CUNHA, Jorge Luiz, Op. cit., p. 284)

da América do Norte estar fortemente vinculada à Inglaterra, sua concorrente³⁶. Com isso, cresceu a preocupação de se oferecer condições mínimas para que os emigrados mantivessem suas raízes, o que motivou o envio de padres e pastores com a finalidade de fornecer assistência religiosa aos colonos e, a partir daí, cultivar sua germanidade.

Porém, a Lei de Terras de 1850 do Brasil, que exigiu que todas as terras fossem compradas, e não doadas pelo Estado, novamente dificultou a vida dos colonos. Essa lei, que gerou muitos debates na Assembleia Legislativa imperial na época, foi inspirada na legislação norte-americana, pois, com ela, o imigrante europeu nos Estados Unidos era obrigado a permanecer disponível para trabalhar de forma assalariada, pelo menos até juntar recursos suficientes para comprar sua própria terra³⁷.

Tal iniciativa era do agrado dos cafeicultores paulistas, que necessitavam de mão de obra, mas não era apropriada para o contexto sulino, que não se restabelecera da crise do trigo e sofria as consequências da Revolução Farroupilha (1835-1845). Assim, a partir da Lei Provincial 304, de 30 de novembro de 1854, adaptou-se a Lei de Terras para a Província sul-rio-grandense, permitindo a criação de diversas colônias.

A entrada de estrangeiros no Brasil recebeu subsídios do governo até por volta de 1927, com alguns períodos de interrupção. Porém, logo no início do século XX, iniciou-se uma política para evitar a formação de enquistamentos étnicos, ou seja, foram criadas colônias com imigrantes de diferentes nacionalidades, para que estes só pudessem se comunicar entre si caso aprendessem a língua portuguesa. Era isto que também acontecia com as chamadas “colônias novas”, que recebiam o excedente populacional das colônias velhas, fazendo com que diferentes etnias, culturas e religiões convivessem numa proximidade maior do que nos primeiros tempos da colonização europeia no sul do Brasil.

A área colonizada por imigrantes germânicos e seus descendentes é bastante extensa no Rio Grande do Sul. Em um primeiro momento, partia da região de São Leopoldo até o centro do território da Província. Conforme Cunha,

³⁶ CUNHA, Jorge Luiz da. A Alemanha e seus imigrantes: questões nacionais. In: CUNHA, Jorge Luiz da, GÄRTNER, Angelika (orgs.). **Imigração Alemã no Rio Grande do Sul**: História, Linguagem, Educação. Santa Maria: Editora UFSM, 2003. p.18.

³⁷ *Ibidem*, p. 290.

Começava no leste, onde os contrafortes da Serra Geral que seguem em direção ao sul dirigem-se para o oeste, afastando-se do Litoral, na altura das colônias de Torres e Três Forquilhas. Era interrompida por cerca de 60 km de grandes propriedades privadas e reiniciava com a Colônia do Mundo Novo, formando uma linha ininterrupta de colônias alemãs, oficiais e particulares, em direção ao oeste, que se estendia sobre Novo Hamburgo, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, São João do Montenegro, Teutônia, Estrela, Santa Cruz, Germânia e Santo Ângelo, até Santa Maria da Boca do Monte, numa extensão aproximada de 300 km.³⁸

Assim que essas colônias atingiam certo limite de número de habitantes e divisão das terras agricultáveis por motivos de herança ou venda, os descendentes de imigrantes buscavam outras regiões para se estabelecer, pulverizando as áreas de colonização germânica e dando origem às colônias novas, citadas acima. Dentre elas, temos a colônia Serro Azul, hoje município de Cerro Largo, da qual se originou, dentre outros, o atual município de São Paulo das Missões, objeto deste estudo.

1.3 A legislação brasileira referente à imigração

Dentre os imigrantes germânicos, sempre é destacado o fato de que grande parte deles não pertencia à religião oficial do Império brasileiro, ou seja, à religião católica. Definindo-se como evangélicos, esses imigrantes enfrentaram uma série de dificuldades, pois não tinham direito à plena cidadania. Com isso, fazia-se necessária a discussão da maneira como o significativo contingente de pessoas de outras nacionalidades seria inserido no contexto socioeconômico brasileiro; a partir da discussão sobre a religião, outros pontos importantes passaram a ser discutidos, como apresenta Martin Dreher:

A imigração trouxe consigo a discussão em torno da política de terras, do regime e do contrato de trabalho, da mão de obra livre na lavoura. Provocou reações nacionalistas: não deveria a terra ser entregue a nacionais? Provocou debate racial, cultural e religioso. Como melhorar a raça? Trazer *coolies* chineses ou europeus? Trazer nórdicos ou mediterrâneos? E os árabes? Só cristãos ou também muçulmanos? Entre os cristãos, só católicos ou também protestantes? Todas essas perguntas levantavam e tinham como pano de fundo outras: a cidadania, a integração, as naturalizações. Poder-se-iam dar aos estrangeiros os mesmos direitos que

³⁸ Imigração e Colonização Alemã. In: PICCOLO, Helga I. L., PADOIN, Maria Medianeira (dir.). **História Geral do Rio Grande do Sul - Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 299.

aos naturais da terra? É nessa discussão em torno da cidadania que devemos estudar a religião, como ela se delineou no Rio Grande do Sul durante o Império.³⁹

Em um primeiro momento, o conceito de protestante estava diretamente vinculado ao de forasteiro e de invasor, em referência as invasões holandesas, já que não havia portugueses protestantes no Brasil. Essa percepção começou a ser modificada a partir de 1808, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil. Através do Tratado de Aliança e Amizade, e de Comércio e Navegação, estabelecido com a Inglaterra, abriu-se uma brecha para que os ingleses que aqui viessem a se estabelecer não estivessem fora da lei por causa de sua religião. A mesma liberdade não estava assegurada aos brasileiros natos⁴⁰, e não o foi ainda por muitos anos.

No I Reinado, a Constituição de 1824 determinava:

“Art. 5.º - A religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo”⁴¹.

Contudo, essa ligação íntima entre a Igreja Católica e o Império não era uma unanimidade entre os políticos brasileiros. Muitos deles, especialmente aqueles de ideologia liberal, viam nela um dos motivos para o atraso do país em relação a outros, especialmente aos protestantes. Os liberais brasileiros, segundo Helga Piccolo, entendiam que

Todo o progresso material (como tecnologia e ciência) e o político (como liberdade do indivíduo) vinha dos países protestantes. Daí crerem esses liberais que a imigração protestante era absolutamente necessária para o progresso do país, e que a maior barreira para essa imigração era a legislação ‘retrógrada’ do Império. Mais ainda, que a Igreja Católica, por se opor à mudança dessa legislação se tornara, na mente desses liberais, o inimigo número um do progresso nacional.⁴²

Assim, com a outorga da Constituição de 1824, foi vencido um projeto que gerou muitos debates na Assembleia Constituinte de 1823, onde se indagava sobre

³⁹ As Religiões. In: PICCOLO, Helga I. L., PADOIN, Maria Medianeira (dir.). **História Geral do Rio Grande do Sul - Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 323.

⁴⁰ RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo no Brasil Monárquico**. São Paulo: Pioneira, 1973, p. 16.

⁴¹ Ibidem, p. 27 (nota de rodapé nº 09).

⁴² Alemães e italianos no Rio Grande do Sul: fricções inter-étnicas e ideológicas no século XIX. In: BONI, Luis A. de (org.) **A Presença Italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, 1990, Vol. II, p. 586.

como era possível que aos estrangeiros naturalizados fossem concedidos privilégios maiores do que aos brasileiros natos, ao que se respondia que não era possível permitir que inúmeras “seitas religiosas” se estabelecessem legalmente no país e corrompessem a religião católica⁴³. Porém, a liberdade de culto e de expressão de ideias protestantes estava assegurada, bem como o direito do imperador de dar o seu *placet* a todas as decisões do papa.

Pelo fato de o Império estar vinculado à Igreja Católica pelo padroado, eram os registros de batismo, casamento e morte feitos por ela que demarcavam a vida das pessoas. Como os protestantes não faziam esses registros na Igreja Católica, e sim com seus pastores, os mesmos não eram válidos. Em 1863, regulamentou-se que os óbitos de acatólicos deviam ser feitos em livro separado pelo juiz de paz, e até os sepultamentos em lugar diferente⁴⁴. Somente a partir de 1879 decretou-se que não poderia haver distinção em cemitérios públicos para os enterros de pessoas de qualquer religião⁴⁵.

Sobre o casamento dos acatólicos, apenas a partir de 1861 ele passou a ter validade oficial, e abriu-se a possibilidade de legitimar os casamentos ocorridos antes da oficialização desta lei, desde que realizado por um pastor formado⁴⁶. Essa exigência constituía um grande empecilho para as comunidades onde havia apenas pastores leigos, porém representava um sensível avanço em comparação com as legislações anteriores. Porém, os casamentos mistos continuavam com a obrigação de serem realizados na presença de um padre católico.

Somente com a Proclamação da República é que o registro civil passa a ser independente do registro religioso. Até ali, a legislação do Império havia sofrido apenas algumas alterações para permitir a acomodação do elemento estrangeiro e protestante nas suas bases jurídicas.

⁴³ RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo no Brasil Monárquico**. São Paulo: Pioneira, 1973, p. 29.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 109.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 110.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 114.

1.4 A participação política do imigrante e de seus descendentes

Sobre este aspecto, convém deixar claro, em primeiro lugar, a ressalva de que não se concorda com a construção de um imigrante apolítico, como muitas vezes é apresentado. Para essa colocação, toma-se por base a posição e crítica de Dreher, Grützmann e Feldens à historiografia tradicional sobre a imigração alemã:

Na historiografia sobre a imigração alemã, não raro, os imigrantes alemães foram apresentados como apolíticos, usando-se como argumento o fato de que, na Alemanha, o Senhor Territorial, o *Landesvater*, teria feito a política por e em nome de seus súditos. Tal afirmação desconhece os fatos. Sempre houve vozes de contestação aos governantes. O problema é que boa parte dos historiadores estava a serviço dos governantes e que a história por longo tempo foi a história dos príncipes e de suas vitórias militares. Tal leitura, aliada a outra que vê política, basicamente, como política partidária veio a afirmar que os imigrantes tiveram pouca participação política. É verdade que os imigrantes só desde a década de 1880 vão ser eleitos através dos partidos para o parlamento provincial, mas desde cedo encontramos-os na política local. (...)

O aspecto, no qual a participação política, o envolvimento com as questões essenciais do país, mais se evidenciou foram, sem dúvida, as guerras e revoluções. Num Rio Grande do Sul, cuja história está marcada por guerras e revoluções, não poderia ser diferente (...) ⁴⁷.

Assim, entende-se que participação política não significa apenas o direito de votar e ser votado, mas a preocupação e manifestação em outros cenários, que não apenas as assembleias legislativas, que decidem o futuro da nação. Nesse sentido, observando a presença teuta nos diversos conflitos bélicos em que o Rio Grande do Sul esteve envolvido no decorrer do século XIX, por exemplo, pode-se dizer que os colonos tiveram participação política no Império desde o início da imigração.

Porém, quanto à presença dos imigrantes em cargos eletivos no período imperial, esta ficou restrita ao plano local, pois não interessava às elites que os colonos tivessem uma participação maior – situação que foi apresentando pequenos avanços ao longo dos anos. Além disso, os colonos posicionavam-se geralmente ao lado do governo, pois entendiam que esse era o melhor meio de conseguir benefícios, alguns deles já prometidos mesmo antes de sua viagem, mas não concedidos.

⁴⁷ **Imigração Alemã no Rio Grande do Sul: Recortes.** São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 56.

A partir da Constituição de 1824, os estrangeiros que se naturalizassem poderiam adquirir o direito ao voto. Porém, a participação política continuaria muito limitada por causa da exigência de renda e da necessidade de professar a religião católica para serem eleitos. Nesse caso, também se exigia que o cidadão fosse brasileiro nato⁴⁸.

Entretanto, desde 1828 já não havia a obrigatoriedade de ser católico para se candidatar a cargos eletivos nos municípios, desde que o colono tivesse mais de dois anos de residência em seu lote.

O processo de naturalização também passou por diversas fases. Em 1832, ainda era complicado, lento e caro, o que dificultava o acesso de muitos imigrantes. Em 1850, podia naturalizar-se todo aquele que morasse há mais de dois anos e trabalhasse o seu lote. Já em 1871, era naturalizado também o imigrante menor de 21 anos que morasse há mais de dois no país e prestasse serviços na Guarda Nacional⁴⁹.

No entanto, passada a primeira fase da colonização, em que os imigrantes ficavam restritos à busca de sua própria subsistência, as colônias adquiriram maior importância, principalmente no que se refere ao comércio. Com isso, os políticos provinciais procuraram encontrar nas colônias bases eleitorais para seus projetos, motivando certa negociação de ambas as partes, mas que em geral beneficiava principalmente os primeiros.

A Lei Saraiva de 1881⁵⁰ permitia que os acatólicos e estrangeiros naturalizados chegassem à Assembleia Legislativa, como desejava o liberal Gaspar Silveira Martins⁵¹. Porém, a renda exigida para se candidatar tornara-se muito mais elevada, o que continuava restringindo a participação dos imigrantes. Dentre aqueles que chegaram à Assembleia, destaca-se a partir de então a participação dos antigos *Brummers* que, embora não sendo colonos, tornaram-se os seus representantes, bem como dos comerciantes que enriqueciam à custa dos colonos. Além disso,

⁴⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imigrante na política rio-grandense. In: DACANAL, José Hildebrando. **RS: Imigração e Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 159.

⁴⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit., p. 160-161.

⁵⁰ RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo no Brasil Monárquico**. São Paulo: Pioneira, 1973, p. 123.

⁵¹ Importante político brasileiro, ocupou diversos cargos no governo provincial e imperial, destacando-se pela atuação em favor dos direitos dos acatólicos, como os direitos de votar e ser eleito.

Enquanto a imigração alemã no Rio Grande do Sul até 1845 foi marcada, preponderantemente, por agricultores e artesãos, a leva de mais de 1800 pessoas, formada pelos *Brummer*, tinha alto nível intelectual, boa formação, princípios filosóficos e políticos liberais e, em sua maior parte, eram protestantes. Nas picadas e cidades onde se instalaram tornaram-se representantes e reivindicadores dos direitos dos imigrantes e de seus descendentes. Alguns deles também se tornaram lideranças religiosas ao serem eleitos pastores das comunidades luteranas, pois as igrejas de origem desses cristãos não os forneciam.⁵²

Dentre estes líderes destaca-se a atuação e o pensamento de Karl von Koseritz, lembrado como o “pai do teuto-brasileirismo”. Conforme Silva,

Koseritz ‘propunha a integração política, a luta pelo reconhecimento dos direitos de cidadania, a fidelidade à nova pátria e a contribuição do ‘trabalho alemão’ para o desenvolvimento brasileiro e, ao mesmo tempo, defendia o direito à peculiaridade étnica, isto é, *Deutschtum*’ (Seyferth, 2000a, p. 299). A tônica de seu discurso estava na integração política dos imigrantes alemães, na medida em que a cidadania ainda não havia sido garantida, principalmente aos acatólicos⁵³.

O pensamento de Koseritz foi seguido e desenvolvido pela elite urbana descendente de imigrantes germânicos (mas não sem contestações) em fins do século XIX e início do século XX, da qual faziam parte comerciantes, jornalistas, editores, profissionais liberais, pastores evangélicos e dirigentes de ligas e associações, como Jacob Aloys Friederichs, personagem estudado por Haike R. K. Silva. Estes intelectuais utilizavam-se de alguns elementos representativos para os imigrantes e seus descendentes, tais como

a língua, a canção, as virtudes e o sangue. Por meio da mobilização destas categorias os defensores do germanismo pretendiam construir uma fronteira étnica do grupo de origem alemã no Brasil, manter os laços étnico-culturais com a Alemanha e atuar em prol do progresso do Brasil, a partir do argumento de que apenas a germanidade fornecia o substrato para o desenvolvimento das atividades dos imigrantes e seus descendentes⁵⁴.

Com o advento da República, chegou ao poder no Rio Grande do Sul o Partido Republicano Rio-grandense (PRR), liderado por Julio de Castilhos. Nesse

⁵² DREHER, Martin N.; GRÜTZMANN, Imgart; FELDENS, Jorge Augusto. **Imigração Alemã no Rio Grande do Sul**: Recortes. São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 32.

⁵³ **Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão**: a história de uma liderança étnica (1868-1950). São Leopoldo: Oikos, 2006. p. 237 (Coleção ANPUHRS/RS).

⁵⁴ *Ibidem*, p. 64.

momento, continuavam sendo prioridade os interesses das camadas mais tradicionais da sociedade rio-grandense, e as demais eram cooptadas a aceitar essa situação, mediante o atendimento de algumas de suas reivindicações (geralmente econômicas) e também pelo uso da força.

Também na República, aboliu-se o voto censitário, mas este passou a ser condicionado pela alfabetização. Da mesma forma que no Império, esse sistema excluía muitos teuto-brasileiros e a maior parte da população brasileira, constituída de analfabetos. Mesmo assim, alguns chegaram ao poder, e quando havia mais de um representante, não raro suas posições sobre os mais diversos assuntos eram antagônicas.

No pós-1930, segundo Pesavento, “no Rio Grande do Sul a burguesia industrial gaúcha foi levada a solidarizar-se com a oligarquia agropecuarista”⁵⁵. Era nessa classe de industriais que se situavam os nomes mais influentes entre os descendentes de imigrantes que, em sua maioria, à semelhança dos momentos históricos anteriores, aliavam-se ao governo porque entendiam que essa seria a maneira mais eficiente de alcançar vantagens econômicas e a “segurança” para trabalhar.

Essa necessidade de segurança, ou seja, da existência de um governo que controlasse as agitações sociais, fez com que muitos teuto-brasileiros simpatizassem com movimentos extremistas de direita. Além disso, conforme Pesavento:

[...] o próprio apelo aos valores da nação e da família, caros à comunidade colonial, foram elementos que motivaram os descendentes de imigrantes a aderirem ao movimento integralista. Aliás, o apoio de amplos setores da Igreja a movimentos extremistas de direita que se dispunham, entre seus princípios, a dar combate ao comunismo, atuou poderosamente sobre as comunidades imigrantes, com alto espírito de religiosidade. Refere H. Trindade: “O engajamento na AIB de padres, pastores protestantes e a simpatia de outros, especialmente nas zonas rurais ou de imigração italiana e alemã (no Rio Grande do Sul os capuchinhos manifestaram muita simpatia ao integralismo) teve a função, aos olhos de muitos católicos, de legitimar sua adesão ao integralismo, sobretudo entre os militares de base”⁵⁶.

Essa identificação, por sua vez, foi um dos fatores que desencadeou a campanha de nacionalização do governo de Getúlio Vargas. Jornais e escolas

⁵⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imigrante na política rio-grandense. In: DACANAL, José Hildebrando. **RS: Imigração e Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 183.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 190.

alemães foram fechados e o idioma proibido, e fatos violentos são recordados pelos que viveram essa época. Tal atitude do governo ocasionou medo, levando ao desprestígio dos diversos dialetos falados nas colônias que, por esse motivo, muitas vezes deixaram de ser passados às gerações mais novas, sobretudo nas áreas urbanas.

Porém, com a redemocratização de 1945, a zona colonial, que se desenvolvera muito, tanto em caráter humano quanto em caráter econômico, pode mostrar sua força e aumentar o número de representantes. No entanto, como já vinha ocorrendo, estes políticos continuaram privilegiando os interesses do setor enriquecido das colônias, e se aliavam à camada tradicional da sociedade rio-grandense.

Na atualidade, podemos perceber que há grande quantidade de nomes de descendentes de imigrantes, tanto alemães quanto italianos, nas principais esferas do poder estadual. Além disso, os interesses das antigas regiões de imigração não são mais muito diferentes das do restante do Estado, embora em muitas delas a autoafirmação como região colonial ainda permaneça e seja exacerbada através de exposições e festas alusivas ao passado imigrante.

2 A RELIGIÃO, A ESCOLARIDADE E A GERMANIDADE DOS IMIGRANTES ALEMÃES CATÓLICOS E SEUS DESCENDENTES

Com este capítulo, como o próprio título informa, pretendemos apresentar a maneira como religião, escolaridade e germanidade estavam intimamente vinculadas para os imigrantes germânicos e seus descendentes. Para tanto, partindo da compreensão de que a Igreja Católica teve papel fundamental para os teutos dessa religião, inclusive pelo seu Projeto de Restauração Católica, faz-se necessária uma caracterização dessa instituição no período da imigração, bem como da maneira como a mesma se inseria na escola e em outros elementos fundamentais para a construção da identidade desses colonos.

2.1 A Igreja Católica no Brasil do século XIX

Os imigrantes germânicos que adentraram o Rio Grande do Sul por quase todo o século XIX podem ser divididos em dois grandes grupos, a partir de sua religião: os católicos e os protestantes. Apesar de o primeiro grupo ter algumas vantagens por assumir a religião oficial do Estado, ambos tiveram grandes dificuldades para receber assistência religiosa nos primeiros tempos de colônia.

Sendo o Brasil um Estado católico, de acordo com a sua Constituição no período imperial, convém entender como foi possível a formação de colônias de

imigrantes que expressassem uma religião diferente da oficial. Isso se explica pelo ideal de branqueamento da população brasileira, em voga na época, e pela necessidade econômica de trazer braços para o Império, pois a Inglaterra estava obstruindo o tráfico negreiro, conforme citado no primeiro capítulo deste trabalho (p.20). Assim, a partir da percepção de que era mais fácil conseguir imigrantes europeus justamente entre aqueles não católicos, devido às condições políticas e sociais nas quais se encontravam na Europa, decidiu-se pela tolerância à liberdade de culto, embora este não recebesse incentivo ou legitimação por parte do governo.

Além disso, o estabelecimento de colônias protestantes foi facilitado porque havia uma série de diferenciações internas na religião católica, citadas por Boanerges Ribeiro:

As diferenciações no sistema religioso, todas cobertas pela denominação Católica Romana eram: um modelo tridentino, de caráter antiprotestante, e vaticanista; um modelo regalista imposto pela Constituição e pelo Estado, com garantias para o culto protestante, e antivaticanista; um tipo popular, espontâneo, fruto da presença de agendas, crenças, valores, símbolos, praxes e sanções religiosas de remota origem portuguesa, ou de próxima absorção de cânones de sistemas religiosos africanos ou indígenas, aparentemente indiferente à questão da “supremacia”, mas na prática, subversivo da hierarquia tridentina, e com traços de anticlericalismo⁵⁷.

Diversos autores apontam para esses conflitos internos vividos pela Igreja Católica no período de maior imigração de protestantes no século XIX. David Gueiros Viera cita as diversas linhas de pensamento que podiam ser encontradas nesse momento:

[...] muitos são os elementos que entraram nessa luta. Entretanto, em sentido geral, podia ser definido que o conflito foi, de um lado, uma colisão do galicanismo, jansenismo, liberalismo, maçonaria, deísmo, racionalismo e protestantismo, todos vagamente “aliados” contra o conservantismo e ultramontanismo da Igreja Católica do Século XIX⁵⁸.

Todas essas questões, somadas ao fato de o Império ter ordenado o fechamento de diversas ordens religiosas, fazendo com que não houvesse frades e freiras bem instruídos para ajudar a evitar a conversão de muitas pessoas ao

⁵⁷ **Protestantismo no Brasil Monárquico**. São Paulo: Pioneira, 1973. p. 151.

⁵⁸ **O Protestantismo, A Maçonaria e A Questão Religiosa no Brasil**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1980. (Coleção Temas Brasileiros), p. 27.

protestantismo⁵⁹, permitiu que este se instalasse e conseguisse, aos poucos e enfrentando diversos percalços, inserir-se totalmente na sociedade brasileira. Da mesma forma, é importante salientar que essa inserção se deu a partir das camadas populares da população, não sendo, portanto, uma imposição das elites da sociedade da época.

Ao lado desses elementos, havia outro, talvez o mais importante – o padroado. Conforme Rambo:

O imperador estava investido também da prerrogativa de chefe da Igreja e a religião oficial do Estado era a católica. A criação de dioceses, de paróquias e de capelanias, requeria a chancela da autoridade civil. A nomeação dos bispos, dos párocos, dos capelães e demais postos da hierarquia, dependia da aprovação oficial. A união entre a Igreja e o Estado transformara a religião católica em religião oficial, fazendo com que as demais não fossem reconhecidas e seus atos considerados nulos e ilegais. (...) Em poucas palavras, os imigrantes católicos encontraram uma Igreja sujeita, submissa e dependente dos caprichos dos governantes e administradores civis, na qual a doutrina e os bons costumes, pouco ou nada decidiam. O imperador era, na verdade, a autoridade maior enquanto que Roma se limitava de fato a ratificar os atos dos detentores do poder tanto civil quanto religioso.⁶⁰

Além disso, o clero, em grande parte, não cumpria ou simplesmente desconhecia vários preceitos da doutrina católica. Sobre isso, Rambo também nos apresenta uma visão pouco lisonjeira:

A disciplina clerical definitivamente não era o seu forte. Um número muito grande de sacerdotes era filiado à maçonaria. Outros tantos dedicavam-se à política, eram fazendeiros ou concentravam sua atenção em qualquer outra ocupação menos à cura das almas. No seu cotidiano, o clero dependia da vontade das lideranças políticas e econômicas que ditavam as normas nas freguesias, nas capelanias, nas irmandades e nas confrarias. Os milhares de quilômetros que o separava dos bispos impediam a estes de exercer um mínimo de assistência ou conforto. Encontramos dessa forma o clero entregue a si mesmo. Não é de se admirar que se deixasse influenciar e na maioria dos casos arrastar pelo clima secular que o rodeava. A atividade pastoral sob sua responsabilidade não ultrapassava em muito os limites do cumprimento da rotina burocrática de batizar, legitimar os matrimônios e encomendar os defuntos. Mesmo nessas funções viam-se coagidos a observar os procedimentos, os costumes e os rituais impostos pelas lideranças leigas da freguesia e que, na maioria dos casos, pouco ou nada tinham a ver com um autêntico catolicismo.⁶¹

⁵⁹ **O Protestantismo, A Maçonaria e A Questão Religiosa no Brasil.** Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1980. (Coleção Temas Brasileiros), p. 27.

⁶⁰ RAMBO, Arthur Blasio. A igreja dos imigrantes. In: DREHER, Martin Norberto (org.). **500 Anos de Brasil e Igreja na América Meridional.** Porto Alegre: Est Edições, 2002, p. 58.

⁶¹ Ibidem.

Particularizando para o Rio Grande do Sul, a situação não era mais animadora. Além de todos os problemas mencionados acima, ainda havia o histórico de guerras e conflitos ocorridos na região. De acordo com Pádua:

As disposições tomadas pelo pombalismo deixaram enormes sequelas na Igreja e na fé católicas na província rio-grandense. Seminários e mosteiros haviam sido fechados ou encontravam-se em estado de grande abandono, a Companhia de Jesus e sua obra missionária sofrera golpe de morte, a assistência espiritual e religiosa esmorecera, as dioceses e paróquias distavam muito umas das outras dificultando assim a vigilância pastoral e em muitos lugares as ideias surgidas com a Revolução Burguesa na França foram abraçadas pelos fiéis, clérigos e inimigos da Igreja. Ademais, a província ainda não se recuperara plenamente das lutas e guerras fratricidas que ensanguentavam o Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX e que haviam prejudicado a atividade religiosa católica. Por muitos anos, perduraram os estragos espirituais em vastas extensões, particularmente nos mais distantes rincões da Província. A *historia calamitatum* legada ao Rio Grande e seus habitantes por essa instabilidade política e pela desassistência espiritual infectara grandemente a ordem religiosa local.⁶²

Era essa a situação encontrada pelos imigrantes que se estabeleciam nas colônias rio-grandenses, a qual explica, em parte, a necessidade que os mesmos encontraram de organizar a sua religiosidade de maneira própria. Assim, para Rambo:

Em resumo, os imigrantes encontravam uma Igreja que exibia os defeitos, os vícios e as distorções que o regime do padroado terminou por imprimir nela. Administrava-a um clero distante e avesso aos princípios doutrinários e às regras disciplinares ditados por Roma. Os imigrantes encontravam uma Igreja sufocada por uma mentalidade, que se esgotava em rituais e manifestações em que o profano costumava encobrir o lado religioso. Os imigrantes defrontaram-se, enfim, com uma Igreja sem vida sacramental. A esta Igreja iriam contrapor a Igreja da Restauração Católica e os protestantes a Igreja da Reforma.⁶³

Essa Igreja da Restauração Católica “nada mais significa do que a reforma da Igreja nas bases doutrinárias e disciplinares que as circunstâncias dos tempos

⁶² PÁDUA, Jorge Hage. **Germanidade, luteranismo e catolicismo**: uma reflexão acerca das relações de sobrevivência e dependência entre a religião e a cultura teuto-brasileira no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Edição do Autor. 2001, p. 122-123.

⁶³ RAMBO, Arthur Blasio. A igreja dos imigrantes. In: DREHER, Martin Norberto (org.). **500 Anos de Brasil e Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: Est Edições, 2002, p. 59.

impuseram e que finalmente foram formuladas nos documentos do Concílio⁶⁴ Vaticano I, realizado entre 1869 e 1870. De acordo com Rambo, “a Restauração Católica fundamenta-se, em primeiro lugar, na volta ao catolicismo tridentino, conduzido sob a autoridade direta do romano pontífice.”⁶⁵

No Brasil, esse projeto também se fez presente, especialmente a partir da Proclamação da República, que definiu a separação da Igreja e do Estado, ganhando grande impulso com a vinda de religiosos formados nos princípios do ultramontanismo⁶⁶ (tanto imigrantes quanto brasileiros que estudaram na Europa). Assim, o Estado não deveria interferir nos assuntos da Igreja Católica, da mesma forma que esta deveria manter-se afastada dos setores governamentais. Porém, essa separação não foi algo instantâneo e sem discussões, pois era difícil mudar séculos de interdependência. No entanto, segundo Rambo, o Projeto de Restauração Católica foi culminado de êxito:

(...) pode-se afirmar que os esforços empenhados pelas autoridades eclesiásticas, pelo clero, pelos religiosos e pelo povo católico em geral, foram amplamente recompensados. Ao eclodir a Segunda Guerra Mundial, a Restauração Católica havia triunfado em quase tudo o que se propusera. Roma e o Papa significavam a última instância em termos de doutrina e disciplina eclesiástica, o clero secularizado a serviço de interesses profanos e levando uma vida pouco recomendável fora substituído por um clero teologicamente bem formado e disciplinarmente comprometido, uma prática religiosa voltada insistentemente para a participação dos sacramentos, uma religiosidade calcada nas verdades da fé e não em rituais sem consistência doutrinária, folclóricos e até francamente profanos.⁶⁷

Dessa maneira, “por meio da educação e controle do clero, da instrução e disciplina dos fiéis, os bispos reformistas reconstruíram pela base a Igreja Católica brasileira”⁶⁸, colaborando para que, inclusive na atualidade, o Brasil seja um país majoritariamente católico.

⁶⁴ RAMBO, Arthur B. A Igreja da Restauração Católica no Brasil Meridional. In: DREHER, Martin N. (org.). **Populações Rio-Grandenses e Modelos de Igreja**. Porto Alegre e São Leopoldo: EST e Ed. Sinodal, 1998, p. 148.

⁶⁵ Op. cit., p. 148.

⁶⁶ “Ultramontanos (da expressão ‘ultra monte’ = além das montanhas) são ou foram os teólogos, o clero, os religiosos e o povo em geral, que combatiam o galicismo dos católicos franceses que desejavam uma composição com o poder civil. Os ultramontanos reivindicavam como autoridade máxima aquele que tinha sua sede ‘ultra montes, além das montanhas’, o Papa em Roma.” Ibidem.

⁶⁷ Ibidem, p. 161.

⁶⁸ BIASOLI, Vitor. **O Catolicismo Ultramontano e a Conquista de Santa Maria (1870/1920)**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010, p. 45.

2.2 A igrejas católica e luterana dos imigrantes germânicos

No contexto da imigração, os teutos católicos, de acordo com Martin Dreher⁶⁹, enfrentaram estranhamento, pois não reconheciam o catolicismo praticado pelos luso-brasileiros. Este último era festivo, com influências indígenas e africanas, mais praticado em oratórios domésticos do que nas igrejas e mais pelas mulheres do que pelos homens. Já os católicos imigrantes conheciam uma igreja comunitária, lugar de sociabilidade, tanto de homens quanto de mulheres. Os padres luso-brasileiros, muitos deles casados e com filhos, também tinham um comportamento incompreensível para os recém-chegados.

O protestantismo passou por dificuldades ainda maiores. Apesar de a legislação brasileira permitir o culto não católico não público, suas capelas não deveriam ter aparência exterior de templo, o que também excluía os sinos. Esses sinos eram carregados de simbologias e também estavam vinculados ao cotidiano das pessoas, pois seu badalar ordenava a vida dos germânicos na Europa (anunciava as horas e os acontecimentos da comunidade, como batizados, casamentos, mortes e festas). Assim, entende-se os relatos dos primeiros colonos, que muito sentiam a falta desse elemento em meio às florestas onde estavam estabelecidos.

No Império brasileiro, a união da Igreja Católica com o Estado através do padroado, já citada anteriormente (p. 36), fazia com que os registros de casamento, nascimento e morte dos imigrantes germânicos protestantes não fossem reconhecidos oficialmente. Isso se devia ao fato de ser a Igreja Católica a responsável por essa função, e ainda não existir o registro civil. Os casamentos mistos, entre protestantes e católicos, deveriam ser celebrados obrigatoriamente na religião católica. A partir de 1861, os casamentos protestantes foram validados, desde que realizados por um pastor ordenado, o que constituía outra dificuldade, visto que a maioria deles não tinha ordenação.

Como havia poucos pastores formados, os protestantes organizaram sua religiosidade em torno dos pastores leigos, indivíduos escolhidos entre os membros da própria comunidade – que tivessem uma instrução um pouco mais elevada – para

⁶⁹ As Religiões. In: PICCOLO, Helga Iracema L., PADOIN, Maria Medianeira (dir.). **História Geral do Rio Grande do Sul - Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 321-336. (Coleção).

exercer as funções de pastor e professor. Não poucas vezes, esses pastores tinham uma “vida desregrada” que escandalizava os imigrantes novos e os pastores formados, quando estes finalmente chegavam às comunidades.

Porém, algumas vezes esses pastores leigos exerceram suas atividades da maneira que a comunidade desejava, sendo até preferidos aos pastores formados⁷⁰, especialmente no que se refere à vinculação com os Sínodos. Frequentemente, os colonos não queriam que sua comunidade estivesse vinculada ao Sínodo Riograndense ou ao Sínodo de Missouri, pois isto era visto como um retorno à igreja territorial da Alemanha, da qual muitos haviam fugido, e que exigia muitas doações em dinheiro dos colonos.

Tanto católicos quanto luteranos organizaram escolas próximo às igrejas para a educação de seus filhos. A docência era exercida pelo padre ou pastor (ou padre ou pastor leigo) nos primeiros tempos, até que a colônia se desenvolvesse a ponto de poder pagar um professor. Na historiografia, salienta-se o grande alcance das escolas dos colonos, fazendo com que houvesse poucos analfabetos entre eles. Além disso, também “havia a preocupação em se construir o conhecimento vinculado à realidade do aluno”⁷¹, e sempre com o objetivo maior de formar bons cristãos.

Como pontos em comum entre as escolas das Igrejas Católica e Evangélica, Lúcio Kreutz⁷² destaca que ambas elaboraram uma espécie de projeto teuto-brasileiro em oposição ao projeto liberal organizado pelos *Brummers* (colonos soldados que vieram ao Brasil para combater o argentino Rosas, e posteriormente se estabeleceram em propriedades rurais no Rio Grande do Sul, influenciando os colonos com suas ideias liberais). Da mesma forma, era em torno das igrejas que a comunidade se organizava, ou seja, quase não havia necessidade de estruturas jurídicas e penais civis, pois quem não cumprisse sua obrigação para com sua igreja não recebia os sacramentos e era excluído pela comunidade. Assim, pode-se dizer que as comunidades se organizaram em torno do simbólico, não necessitando do poder jurídico.

⁷⁰ RADÜNZ, Roberto. **A terra da liberdade: o luteranismo gaúcho do século XIX**. Caxias do Sul: Educ; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

⁷¹ KREUTZ, Lúcio. Escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul: perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia, VASCONCELLOS, Naira (org.). **Os alemães no Sul do Brasil**. Canoas: Ulbra, 1994. p. 149.

⁷² *Ibidem*, p. 152.

Os católicos preocupavam-se mais com a religião em si do que com a germanidade, não fazendo tanta questão de manter sua língua – ou o seu dialeto – quanto os protestantes. Nas comunidades rurais, assim que uma escola pública e gratuita iniciava suas atividades, ministrando aulas em português, muitos colonos transferiam seus filhos. Já para os protestantes a língua alemã era essencial para o exercício da religião, ou seja, a leitura da Bíblia de Lutero (reproduzida em alemão padrão), o que fez com que muitos pastores se tornassem os difusores dos ideais de germanidade que perpassam o uso da língua⁷³, no início do século XX. No entanto, esses ideais foram mais difundidos entre as elites urbanas do que entre os colonos, pois aquelas tinham maior facilidade no acesso a livros e até mesmo mandavam seus filhos concluírem os estudos na Alemanha. E eram essas elites urbanas que se apropriavam do passado de dificuldades dos primeiros colonos para desenvolver o seu conceito de germanidade:

[...] no século XIX as chamadas “colônias alemãs” (homogêneas ou não) constituíram-se como frentes pioneiras [...], e essa concentração em áreas restritas, de modo compacto, ajudou na formação de uma sociedade e de uma cultura realmente teuto-brasileiras, associadas ao complexo colonial – e é sobre este que a etnicidade vai ser formalizada. O isolamento social decorrente desta situação pioneira, a não existência política dessa população voltada para dentro da comunidade étnica [...], juntamente com a luta pela etnicidade – traduzida como germanidade através do termo *Deutschtum* – tornaram o processo de assimilação à sociedade brasileira bastante lento, embora irreversível [...].⁷⁴

Estes ideais de germanidade, de preservação de uma identidade alemã, entre descendentes de imigrantes que nem conheceram a terra natal de seus antepassados, – expressos em fins do século XIX e primeira metade do século XX – explicam-se pelo princípio jurídico do *jus sanguinis* (direito de sangue) em vigor até hoje entre os alemães, ou seja, pela ideia de que pouco importa o país em que o indivíduo nasceu, mas sim o sangue dos antepassados alemães que corre em suas veias, e que deve ser conservado a partir de casamentos endogâmicos.

Essa consideração – endossada por outros autores, como Lucio Kreutz (1994) e Emílio Willems (1980) – perturbava os intelectuais brasileiros, onde o

⁷³ PÁDUA, Jorge Hage. **Germanidade, luteranismo e catolicismo**: uma reflexão acerca das relações de sobrevivência e dependência entre a religião e a cultura teuto-brasileira no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Edição do Autor, 2001.

⁷⁴ SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia, VASCONCELLOS, Naira (org.). **Os alemães no Sul do Brasil**. Canoas: Ulbra, 1994, p. 14.

conceito jurídico de nacionalidade está diretamente vinculado ao *jus solis* (direito de terra de nascimento), ou seja, o indivíduo é brasileiro a partir do momento em que nasceu em terras brasileiras, e buscava-se a assimilação do elemento estrangeiro através da miscigenação.

Para os defensores e propagadores da germanidade, partindo do princípio do *jus sangüinis*, era perfeitamente natural que o imigrante ou descendente mantivesse costumes, língua, religião e lealdade ao *jeito de ser alemão*, ao mesmo tempo em que se declarava fiel às suas obrigações para com o Estado brasileiro. Aliás, somente através da manutenção de suas características étnicas é que ele poderia ser um cidadão pleno. Os pensadores, portanto, idealizaram uma identidade hifenizada, ou seja, viam-se como *teuto-brasileiros*, capazes de equilibrar direitos e deveres em relação aos dois países. Como afirma Haiké R. K. da Silva em seu estudo sobre um desses pensadores, dever-se-ia “cultivar um sentimento patriótico em relação ao país que acolheu a população imigrante, sem, contudo, perder as características étnicas que distinguem os alemães dos demais neste meio multi-étnico”⁷⁵.

Muitas vezes, pela não compreensão desta identidade de duplo pertencimento, é que o governo brasileiro preocupou-se com o enquistamento dos colonos, especialmente no período que compreende as duas guerras mundiais. Obviamente existiram nas colônias células nazistas de apoio ao projeto expansionista da Alemanha mas, em sua maior parte, foram pessoas que apenas queriam viver em paz com sua língua e seus costumes que mais sofreram com as medidas restritivas da Campanha de Nacionalização, e que provocaram grandes perdas à cultura dos colonos teuto-brasileiros.

2.3 As escolas dos imigrantes germânicos católicos

Os imigrantes germânicos traziam de sua terra natal a concepção de que a escolaridade era muito importante para suas vidas. A partir da escola, foram preservados padrões culturais existentes e inseridos novos elementos, constituindo

⁷⁵ **Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão:** a história de uma liderança étnica (1868-1950). São Leopoldo: Oikos, 2006. p. 236. (Coleção ANPUHR/RS).

uma instituição social com papel fundamental na sociedade que esse grupo construiu nas regiões de imigração. Porém, a escola apresenta esse papel em todas as sociedades em que se manifesta, conforme expressa Norma Viapiana Golfeto:

A escola, como uma instituição social, é organizada intencionalmente pelos agrupamentos humanos para atingir objetivos e concretizar metas bem específicas na formação e socialização dos indivíduos. Nesse sentido toda ação por ela realizada – a educação – é movida por uma intencionalidade quanto a objetivos e tarefas que deve cumprir, ou seja, objetivos e tarefas emergidos no contexto social em que se encontra inserida. Por isso, segundo Giroux, ‘... as escolas não podem ser analisadas como instituições removidas do contexto socioeconômico em que estão situadas’. Também é crucial ter presente que existem formas diversas de se conceber o fenômeno educativo. A natureza própria da educação indica para um fenômeno não acabado que se revela de forma única em seus múltiplos aspectos. A educação é um fenômeno humano, histórico e multidimensional, e que portanto, contém as dimensões técnica, cognitiva, emocional, sócio-política e cultural, que se desvelam plenamente à medida que forem sendo percebidas as relações e implicações de suas múltiplas dimensões.⁷⁶

As escolas dos imigrantes germânicos católicos e seus descendentes tinham ligação direta com a Igreja da qual faziam parte. Ainda em seu Estado de origem, essa vinculação já se fazia presente, embora houvesse discussões entre aqueles que entendiam ser a educação papel do Estado e aqueles que desejavam manter a relação entre escola e igreja. Para Norma Viapiana Golfeto⁷⁷, os imigrantes que aqui chegaram já estavam habituados com a ideia de que a educação deveria ser oferecida pelo Estado, mas, como isso ainda não estava muito difundido no Brasil⁷⁸, principalmente nas regiões de imigração, os colonos não tiveram outra opção a não ser a de organizar as próprias escolas.

Tais escolas tentavam, na medida do possível, reproduzir as características de sua terra de origem, porém, isso não era possível em muitos aspectos. Conforme Golfeto,

Essa diferença podia ser notada desde a estruturação e organização das escolas, nos processos de ensino empregados, no material utilizado, na remuneração dos professores, no desempenho dos mesmos e até na eficiência social da própria escola. Mas, apesar das diferenças constatadas, foi possível perceber também semelhanças. Nas regiões de colonização no

⁷⁶ **Imigração, Nacionalismo e Imigração:** a transição da escola comunitária para a pública no RS. Santa Maria, 1994, p. 75. (Dissertação de Mestrado)

⁷⁷ Ibidem.

⁷⁸ “A época da imigração coincidiu, em relação à instrução pública, com o período de formulação da legislação e com o início de iniciativas autônomas neste campo.” (GOLFETO, 1994, p. 50)

Rio Grande do Sul, bem como no Hunsrueck [região da qual se originaram a maioria dos imigrantes], a escola funcionava sob forte motivação religiosa, tanto para os protestantes como para os católicos. Esta característica marcou, do início ao fim, a experiência escolar teuta no Brasil.⁷⁹

Assim, já percebemos a estreita relação entre o ensino e a religião para os colonos teutos. Aliado a isso, a maneira pouco rígida como era tratada pelo governo da província a estruturação das escolas comunitárias pelos colonos propiciou a grande ocorrência desta forma de organização nas áreas de imigração. Para Golfeto,

A escola comunitária, que na verdade foi uma escola organizada e sustentada pelos colonos imigrantes, conviveu bem com as escolas públicas existentes. O próprio poder público a via com condescendência. Essa atitude pode ser atribuída a diversos fatores: a sua própria dificuldade ou desinteresse em abrir escolas públicas; a falta de quadro docente qualificado; aos poucos recursos para implementar um sistema público de ensino, e, aliada a estes determinantes, a tradição brasileira de destinar instrução apenas às elites.⁸⁰

De início, era algum morador mais idoso e/ou mais instruído que ensinava os rudimentos da leitura, da escrita e da matemática, além do ensino religioso para as crianças. Porém, em pouco tempo erguia-se uma construção específica para esse fim, com um professor remunerado pelos próprios colonos. No entanto, as funções do professor não se resumiam a ensinar as primeiras letras às crianças; seu papel era muito mais amplo, com destaque para a liderança em caso de reivindicações da comunidade perante o poder público.

Além do magistério, o professor exercia também funções religiosas e sociais. Embora a função educacional fosse a que consumisse a maior parte de seu tempo, ele era avaliado com muito mais severidade pelas suas funções religiosas e sociais. Considerado o substituto do padre e o elo de ligação entre este e a comunidade, seu sucesso e permanência numa comunidade dependia de sua capacidade de atuação harmoniosa com o pároco.

Em relação as funções sociais, o professor era solicitado a auxiliar os colonos que não soubessem orientar-se sobre assuntos diversos. Era sua função também estimular as atividades artísticas e culturais, como peças de teatro, canto coral e divulgar entre as famílias bons livros e jornais.⁸¹

⁷⁹ **Imigração, Nacionalismo e Imigração:** a transição da escola comunitária para a pública no RS. Santa Maria, 1994, p. 41-42. (Dissertação de Mestrado)

⁸⁰ Ibidem, p. 69.

⁸¹ Ibidem, p. 182.

Lúcio Kreutz traz uma descrição ainda mais completa do papel do professor nas comunidades, a partir do texto elaborado pelo bispo D. Alberto Etges em 1977 para as comemorações do dia do professor, quando estes professores já não mais existiam:

Por todo o longo tempo que existiu o professor paroquial, foi ele quase sem exceção, uma figura exponencial em numerosas comunidades de nossa diocese. Era um homem polivalente e preparado para o seu mister: professor e educador, catequista, diretor do culto dominical, regente de coral e organista, orientador e animador da comunidade, conselheiro do povo, colaborador do clero, pessoa de confiança das autoridades, e outras pessoas de responsabilidade, representante e promotor das entidades socioculturais de inspiração católica de então (União Popular, cooperativa, caixas rurais, congressos católicos...), correspondente, articulista dos jornais e revistas.

Era sem dúvida a pessoa mais habilitada do lugar e reconhecido como tal. Sobretudo era um homem de fé, um homem de igreja, com profunda vivência cristã, geralmente pobre e desprezido, despretensioso, reto, idealista e equidistante de quaisquer facções partidárias. Era o líder incontestado da comunidade. Nele se concentrava a vida cultural, religiosa e associativa da época. (...) Por tudo isso, eram figuras imprescindíveis no lugar. Tanto isto era assim que, já não existindo, até hoje não se conseguiu encher convenientemente o vácuo que deixaram, com não pequeno detrimento da vida comunitária.⁸²

Tais funções do professor se mantiveram enquanto houve escolas comunitárias nas colônias. A partir de 1860, com o espírito da Restauração Católica, entram em cena as diversas instituições religiosas que assumiram a coordenação do processo escolar na maioria das áreas coloniais, quando então o ensino era realizado diretamente por esses religiosos. Conforme Rambo,

O currículo das escolas de comunidade propunha um tipo de educação em que a criança aprendia a ser um membro útil da comunidade. E na concepção da época e no contexto da Restauração, ser um membro útil significava saber ler e escrever, interiorizar costumes e valores da tradição dos antepassados, preservar a língua e antes de mais nada aprender o Catecismo, conhecer a História Bíblica, amar a Igreja, respeitar as autoridades eclesiais e viver escrupulosamente, conforme os mandamentos de Deus e da Igreja, orientar a vida em sintonia com os preceitos disciplinares prescritos por Roma e, finalmente, levar uma vida sacramental e permanente.⁸³

⁸² Modelo de uma igreja imigrante: educação e escola. In: DREHER, Martin N. (org.). **Populações rio-grandenses e modelos de igreja**. Porto Alegre: Edições EST: São Leopoldo: Sinodal, 1998, p. 212-213.

⁸³ A Igreja da Restauração Católica no Brasil Meridional. In: DREHER, Martin N. (org.), Op. cit., p. 154.

Uma característica do ensino realizado nas áreas coloniais teutas era a grande preocupação com a disciplina rígida empregada durante as aulas, seguidamente relatada por aqueles que frequentaram as escolas confessionais. De acordo com Norma Golfeto, essa disciplina “era necessária para que o aluno pudesse dominar a si mesmo, moderar seus desejos e restringir seus apetites de toda sorte”⁸⁴, não significando apenas obediência ao professor. Para a mesma autora,

A prática pedagógica vivenciada por professores e alunos no cotidiano da sala de aula, em termos de relacionamento entre professor e alunos e de metodologias de trabalho, baseava-se em princípios rígidos de autoridade, disciplina e hierarquia, conforme eram as orientações dos jesuítas, consubstanciadas na *Ratio Studiorum*, o seu modelo pedagógico.⁸⁵

Dentre os princípios citados, o castigo físico era um dos métodos empregados para enquadrar os alunos no modelo educacional pensado pelos intelectuais e professores da época. Diferentemente da atualidade, punições físicas eram permitidas e aconselhadas em caso de necessidade, inclusive pelos pais dos estudantes:

O castigo era aceito e entendido como um recurso a ser utilizado pelo professor para que na escola fossem desenvolvidos os valores indicados. Os pais não se opunham ao castigo, pois eles também o aplicavam aos filhos, quando estes o mereciam. O castigo tinha a finalidade de “domar a rebeldia da natureza pecaminosa presente na criança, procurando-se conformá-la, mesmo com coerção para a ordem harmonia idealizadas no Projeto Católico”.⁸⁶

Sobre o Projeto Católico elaborado a partir da Restauração Católica de Pio IX, convém citar alguns fatores que colaboraram para a grande repercussão que a mesma alcançou a partir de 1860. Segundo Kreutz, esses elementos são:

- a) a presença de imigrantes alemães, italianos e poloneses, motivando as ordens religiosas dos respectivos países a assistirem seus emigrados;
- b) os problemas entre Igreja e Estado na Alemanha, Itália e França (*Kulturkampf*, perda dos Estados Pontifícios, etc.), levando muitas congregações a procurarem outros países com maior garantia e melhores

⁸⁴ **Imigração, Nacionalismo e Imigração:** a transição da escola comunitária para a pública no RS. Santa Maria, 1994, p. 93. (Dissertação de Mestrado)

⁸⁵ Ibidem.

⁸⁶ Ibidem.

condições de trabalho. A Igreja Católica do Rio Grande do Sul beneficiou-se grandemente com estas circunstâncias;
 c) a expulsão dos jesuítas da Alemanha, com Bismarck, e a vinda de um elevado número dos mesmos para o sul do Brasil teve um peso especial: vieram religiosos de grande liderança, sendo-lhes confiada especialmente a pastoral junto aos imigrantes alemães.⁸⁷

Todos esses fatores, aliados a pouca assistência recebida do Império para a instituição de escolas públicas, e somados à tendência dos colonos (especialmente do Hunsrueck), de associarem educação e catolicismo, explicam essa forma de organização tão difundida nas regiões coloniais. Somente a partir da Campanha de Nacionalização esse projeto passou a ser combatido, até desaparecer entre os descendentes de imigrantes alemães católicos.

2.4 Escolaridade, língua e preservação/redefinição de identidades

Além da religião propriamente dita, outros fatores colaboraram para a manutenção e/ou redefinição da identidade de descendentes de imigrantes germânicos católicos. Dentre eles, destacamos a língua alemã, veículo de transmissão do modo de pensar e viver dessas pessoas. De acordo com Jorge Hage Pádua,

A língua desempenhava função essencial para a garantia e sobrevivência da religião, ainda mais que o ambiente em que vivia o teuto-brasileiro favorecia e estimulava o uso da língua alemã. A língua era, por assim dizer, a forma mais concreta de identidade étnica. Compreende-se, então, porque em alguns seminários dirigidos por sacerdotes vindos da Alemanha o ensino do alemão já era obrigatório [...] Nas escolas paroquiais da Igreja, a língua alemã era usada como base, seguindo uma orientação feita, em 1898, pela Associação de Professores Teuto-Brasileiros Católicos. A orientação valia como princípio normativo e programa para a escola.⁸⁸

⁸⁷ Modelo de uma igreja imigrante: educação e escola. In: DREHER, Martin N. (org.). **Populações rio-grandenses e modelos de igreja**. Porto Alegre: Edições EST: São Leopoldo: Sinodal, 1998, p. 209-210.

⁸⁸ **Germanidade, luteranismo e catolicismo**: uma reflexão acerca das relações de sobrevivência e dependência entre a religião e a cultura teuto-brasileira no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Edição do Autor, 2001, p. 161.

O mesmo autor explica claramente a vinculação entre germanidade, língua, escola e religião, conforme a citação que segue:

É possível que a Igreja como um todo não se ocupasse, de fato, com a conservação da língua e dos costumes germânicos. E que também o idioma e a tradição alemãs não fossem utilizados com fins de preservação desse *Deutschtum*. Mas com isso não se está afirmando aqui que o *Deutschtum* tivesse sido ignorado por ela. O catolicismo de imigração nas zonas teutas cultivou a germanidade com toda certeza, mas foi o ideal religioso que predominou sobre quaisquer outros valores, inclusive sobre os valores culturais e étnicos. Prevaleceu, pois, o interesse religioso, embora a Igreja preservasse igualmente a consciência étnica de seus membros. O instrumento linguístico tinha assim um uso funcional e cúlctico, para atingir mais eficazmente o fiel católico de origem germânica.⁸⁹

Ou seja, para alcançar maior público de fiéis entre os colonos teutos, a língua alemã foi utilizada pelos padres católicos, servindo de meio para atingir um fim maior. Mesmo os sacerdotes não fazendo “propaganda sistemática em prol do germanismo com o consentimento da hierarquia”⁹⁰, ela acabou acontecendo. E como muitos daqueles conheciam apenas o dialeto de sua região de origem, era importante fazer uma padronização, ou seja, ensinar o alemão oficial nas escolas. Dessa forma, percebe-se que todos esses elementos estão interligados e constituíram a base da construção das identidades dos teuto-brasileiros católicos, sendo que algumas dessas características podem ser encontradas até os dias atuais nas áreas originalmente de colonização germânica.

Nas comunidades católicas, muito da forma como as mesmas se organizavam era devido ao Projeto de Restauração Católica, que se utilizava da escola para a difusão de suas bases, pois esta última era vista como uma instância privilegiada para tal fim. Como os colonos já vinham de um cenário onde a Restauração se estabelecia, seguiram essa proposta também no Brasil. Para Negrão:

Nessas escolas tudo girava em torno da Igreja, do comunitarismo apregoado pelo Projeto de Restauração Católica, que visava idealizar pequenas comunidades integradas. Os imigrantes alemães católicos aderiram com facilidade a essa proposta de vida, pois eram originários de regiões da Alemanha com as mesmas características. Nas escolas paroquiais, “o material didático, o professor, tudo era direcionado pela

⁸⁹ PÁDUA, Jorge Hage. **Germanidade, luteranismo e catolicismo**: uma reflexão acerca das relações de sobrevivência e dependência entre a religião e a cultura teuto-brasileira no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Edição do Autor. 2001, p. 163.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 165.

paróquia. O Vigário era via de regra, o responsável pela escola e sua posição era decisória". (KLUG, p. 145)⁹¹

Esses elementos, aliados ao fato de o governo não conseguir ofertar escolas públicas para todas as áreas necessitadas, possibilitaram a grande ocorrência das escolas confessionais. É o que explica Souza apud Negrão:

O Estado republicano tinha como princípios norteadores a laicidade do ensino, a formação na ciência e a gratuidade da escola primária. A proliferação de uma rede de ensino estava diretamente ligada à sua condição de investimento na expansão de prédios escolares públicos e de instrução gratuita. Mas a realidade da República inviabilizava tal processo educacional. Paralelo a esse fato, a Igreja Católica lança-se ao projeto educacional, com o objetivo de dar uma resposta à secularização do ensino propagada pelos liberais republicanos. (SOUZA, 2003. p. 156).⁹²

À medida que crescia a preocupação com os enquistamentos étnicos dos colonos teutos e seus descendentes, o governo procurou desenvolver maneiras de diminuí-los. Dentre elas, destaca-se a abertura de escolas públicas nas comunidades, e exigia o ensino de língua portuguesa nas escolas alemãs. De seu lado, os professores e intelectuais teutos defendiam suas escolas, principalmente nos diversos jornais das associações de professores, tanto luteranas quanto católicas. Kreutz traz a posição do padre jesuíta Max Von Lassberg, manifestada em um desses periódicos:

A necessidade e a utilidade da escola paroquial foi realçada em todas as Assembleias Gerais de Católicos teuto-brasileiros. Isso foi feito pela própria natureza da escola, pois não temos um substitutivo para a mesma nem em função da língua nem em relação à religião. Também foi feito pelas prescrições da Igreja que requer as escolas católicas, recomendando-as através de diversos escritos papais, pelo Concílio Latino-Americano, pelas Conferências e Cartas episcopais. Também porque nossas escolas paroquiais foram consideradas boas e satisfatórias, em diversas ocasiões, pela autoridade episcopal, realçando-se a vinculação da comunhão solene com a obrigatoriedade de conclusão do quarto ano elementar.⁹³

⁹¹ NEGRÃO, Regis Ferreira. **Imigração Alemã e Educação Católica na Curitiba de finais do século XIX e início do XX**. Itatiba, 2008, p. 64. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <http://www.usf.edu.br/itatiba/mestrado/educacao/uploadAddress/RegisNegrao%5B10461%5D.pdf>. Acessado em 20 de outubro de 2011.

⁹² Ibidem, p. 64-65.

⁹³ Igreja Católica e o processo escolar entre os imigrantes alemães católicos no RS. In: DREHER, Martin N. (org.) **500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: EST, 2002. p. 478.

Todavia, com a pressão cada vez maior do Estado, na primeira metade do século XX, pela assimilação dos colonos teutos, as escolas paroquiais foram perdendo terreno. Porém, mesmo com a Campanha de Nacionalização, momento mais rígido da condenação da manifestação dos princípios étnicos, inclusive devido ao cenário internacional, muitas características culturais foram mantidas e/ou adaptadas pelos descendentes, de modo à ainda serem encontradas nos dias atuais. Crescem atividades que visam o resgate e a valorização dos elementos trazidos pelos imigrantes, como relata Prade:

Hoje em dia, no entanto, o trabalho das etnias com o objetivo de resgatar a cultura de seus ancestrais, em busca da identidade perdida, mudou radicalmente o quadro de pós-guerra. Realizam-se movimentos culturais, encontros de família e, sobretudo, procura-se recuperar utensílios antigos com valor histórico. As pessoas de mais idade são procuradas para realizar entrevistas sobre os mais variados assuntos; são realizadas pesquisas em arquivos de registros de nascimento, bem como em atas de clubes alemães e das igrejas, tudo com um único objetivo: recuperar a história da etnia alemã que marcou presença em todos os setores do desenvolvimento no estado do Rio Grande do Sul e em outros estados brasileiros.⁹⁴

A língua alemã também vem recebendo novo fôlego, principalmente o alemão oficial, que agora é ensinado nas escolas e até mesmo em universidades. A própria Universidade Federal de Santa Maria ministra disciplinas em língua alemã em seu Curso de Letras, bem como oferece cursos básicos para qualquer estudante da instituição.

⁹⁴ PRADE, Helga Guttenkunst. O linguajar do alemão gaúcho. In: CUNHA, Jorge Luiz da, GÄRTNER, Angelika (orgs.). **Imigração Alemã no Rio Grande do Sul**: História, Linguagem, Educação. Santa Maria: Editora UFSM, 2003, p. 83.

3 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE DESCENDENTES DE IMIGRANTES ALEMÃES CATÓLICOS EM SÃO PAULO DAS MISSÕES

São Paulo das Missões situa-se na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, próximo ao Rio Uruguai e à fronteira do Brasil com a Argentina (ver Mapa 2). Sua ocupação por colonos teutos iniciou-se em 1911, a partir de migrantes oriundos das colônias velhas de São Leopoldo e de Santa Cruz do Sul, que já estavam densamente povoadas e não ofereciam às gerações novas a extensão de terras a que as mais antigas tiveram acesso.

A colonização da região foi organizada pela *Bauernverein*, uma sociedade colonizadora fundada em 1900 com sede em São José do Hortêncio, e o padre jesuíta Max Von Lassberg (um dos líderes do Projeto de Restauração Católica no Rio Grande do Sul⁹⁵) foi o encarregado de coordenar as atividades na nova Colônia Serro Azul, sediada no atual município de Cerro Largo. Assim, a partir de 1904, a *Bauernverein* iniciou a colonização, sendo que um dos compromissos assumidos com o governo do Estado era a venda dos lotes de terras de 25 hectares a preços baixos, por um período de 10 anos.

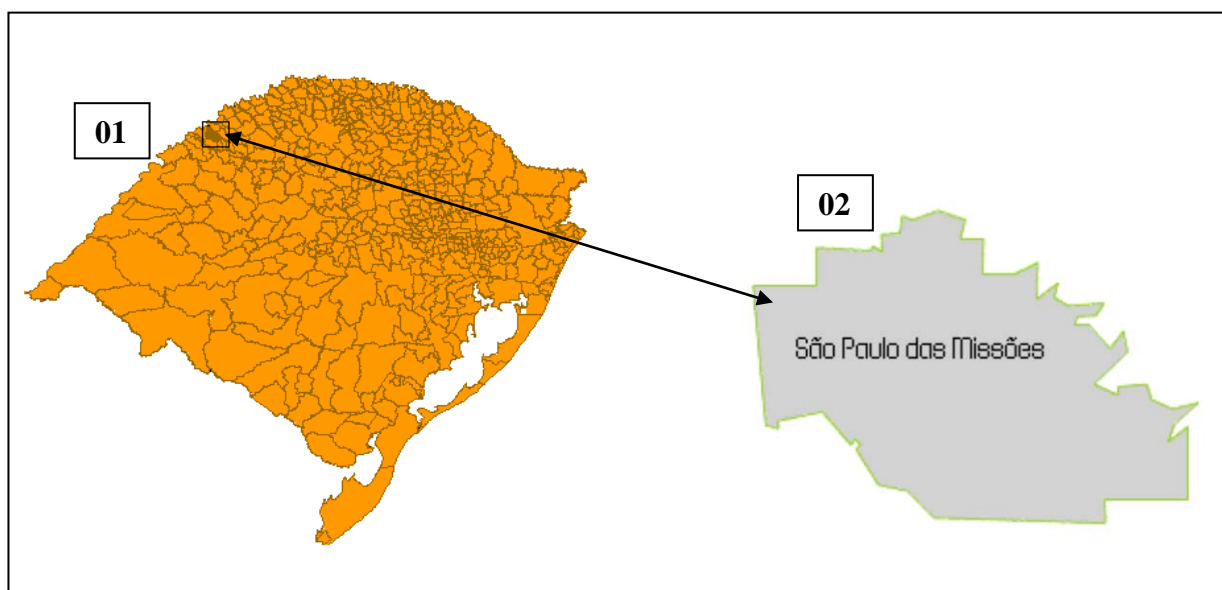
Conforme Nedel⁹⁶,

⁹⁵ Igreja Católica e o processo escolar entre os imigrantes alemães católicos no RS. In: DREHER, Martin N. (org.) **500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: EST, 2002. p. 478.

⁹⁶ NEDEL, Airton Moacir. **São Paulo das Missões – “Teu Passado é Nossa História.”** Cerro Largo: Gráfica Lenz, 1999, p. 10.

em princípios deste século [século XX], a ocupação mais sistemática da região se tornou uma preocupação das autoridades. O motivo era que a região permanecia desocupada e inexplorada pelos brasileiros e conseqüentemente indefesa ao longo da fronteira com a Argentina.

Para este autor, a preocupação das autoridades se expressava inclusive pela construção da ferrovia que chegou até a atual Cerro Largo, para interligar a região ao restante do estado e do país.



Mapa 2 – Localização geográfica do município de São Paulo das Missões.

Fontes: 01 – Fundação de Economia e Estatística. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pop_impresao_mun.php?malha=sim&nomemunicipio=S%E3o+Paulo+das+Miss%F5es&KeepThis=true&TB_iframe=true&height=400&width=600.

02 – Prefeitura Municipal de São Paulo das Missões. Disponível em: http://www.saopaulodasmissoes.rs.gov.br/portal1/dado_geral/mumain.asp?ildMun=100143380. Acessados em 12 de novembro de 2011.

Se levarmos em conta o período em que ocorreu a colonização (a partir de 1911), notamos que ela se dá em um momento em que já se procurava evitar um possível enquistamento étnico dos colonos. Pelo contrário,

Aqui surgiram desde o final do século XIX diversas colônias e povoações, já determinadas pela política imigratória republicana que privilegiava colônias

mistas. Quando ainda assim surgiram colônias marcadamente alemãs, ficaram situadas em meio a colônias mistas⁹⁷.

Em São Paulo das Missões, a colonização iniciou exclusivamente com colonos alemães católicos⁹⁸, oriundos das colônias velhas e da região do Hunsrueck, da Alemanha, cuja religiosidade é bastante ressaltada. Essa característica foi trazida de sua região de origem, pois, segundo Kreutz apud Negrão⁹⁹,

Aí [na região sul da Alemanha, próximo à fronteira com os Países Baixos e a França] se situa o Hunsrueck, uma região montanhosa, subdividida em pequenas propriedades rurais e com tradição católica já milenar. Formaram-se aí as comunidades rurais compostas de um número maior ou menor de famílias de proprietários com acentuada integração religiosa, social e cultural. (KREUTZ, 1991, p. 17).

[Tal área] simbolizava o conservadorismo agrário. Como essa região não conheceu o mesmo surto industrial que o restante da Alemanha, durante o século XIX, foi esse o modelo de organização de vida - pequenas comunidades, com economia rural e tradição católica - que os alemães trouxeram para o Brasil.

Nedel, referindo-se a São Paulo das Missões, afirma:

A religiosidade era levada tão a sério, que as pessoas, ao cruzar pelo Padre, tiravam o chapéu e o cumprimentavam com a seguinte exclamação: 'Louvado seja nosso Senhor Jesus Cristo' ou então 'Viva Cristo Rei'. Quando o Padre levava a Santa Hóstia a um enfermo, ao se cruzar por ele as pessoas ajoelhavam-se e juntavam as mãos como se fossem rezar. Quando o Padre era buscado para realizar um enterro, sempre por um ou mais cavaleiros, os quais deslocavam-se até Cerro Largo, todos voltavam em silêncio em sinal de respeito à Santa Hóstia, ninguém pronunciava sequer uma palavra durante o trajeto de Cerro Largo até a Igreja.¹⁰⁰

No entanto, atualmente, uma grande área do município é ocupada por luteranos, e uma das comunidades rurais é essencialmente italiana. Não há relatos no livro de Nedel sobre os motivos que levaram a esta configuração do município,

⁹⁷ DREHER, Martin N.; GRÜTZMANN, Imgart; FELDENS, Jorge Augusto. **Imigração Alemã no Rio Grande do Sul**: Recortes. São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 18.

⁹⁸ “[...] os moradores naquela época eram todos de origem germânica e católicos”. NEDEL, Airtton Moacir. **São Paulo das Missões – “Teu Passado é Nossa História.”** Cerro Largo: Gráfica Lenz, 1999, p. 68.

⁹⁹ NEGRÃO, Regis Ferreira. **Imigração Alemã e Educação Católica na Curitiba de finais do século XIX e início do XX.** Itatiba, 2008, p. 34 (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <http://www.usf.edu.br/itatiba/mestrado/educacao/uploadAddress/RegisNegrao%5B10461%5D.pdf>. Acessado em 20 de outubro de 2011.

¹⁰⁰ NEDEL, Airtton Moacir. Op. cit., p.48.

nem no período do início da colonização, nem sobre a ocupação posterior, que separa católicos e luteranos nas áreas rurais.

Sobre o período da colonização, pode-se inferir que isso se deve ao fato de a colônia ser organizada por jesuítas, e estes não recomendarem, e até condenarem, a aproximação com pessoas de outra religião. Uma frase interessante pode ser encontrada no livro de Nedel: “os três (3) primeiros pioneiros a pisarem nesta terra, foram: Lorentz Werle, Ernest Schwarz e Joseph Rosskoph, *os dois últimos ficaram muito pouco tempo, pois eram de outra religião*”¹⁰¹ [grifo nosso]. Com isso, conclui-se que a religião teve realmente um papel fundamental no desenrolar da colonização no referido município.

Fazendo uma observação superficial das áreas ocupadas por luteranos e católicos no município, percebe-se que a região mais pobre pertence aos primeiros. Pode-se supor que a religião novamente tenha interferido nessa situação, a partir de um relato de Carl Seidler sobre o município de Três Torres (embora não tenhamos encontrado relatos em São Paulo das Missões sobre mortes provocadas por diversidade religiosa):

[...] os melhores lotes, os mais férteis, de início foram dados aos colonos católicos, e os piores, quase incultiváveis, aos protestantes; a consequência natural de semelhante falta de equidade foi uma cisão entre as duas partes, causa de não raros conflitos sangrentos, até mesmo dos mais bárbaros morticínios. Todas as queixas dos protestantes, todos os seus pedidos para repartição equitativa das terras ou para designação de outras, de que deveras não havia falta, ficavam não obstante sem a menor consideração ou eram indeferidas em poucas palavras ásperas¹⁰².

Junto com a *Bauernverein*, atuava a *Volksverein*, uma sociedade de ajuda mútua que tentava minimizar os problemas causados pela desassistência dos órgãos governamentais. Posteriormente, e devido a outras necessidades, surgiram a Cooperativa São Rafael, a Cooperativa de Eletrificação, a Sociedade Clube 7 de Setembro, os clubes de bolão, etc. Assim, percebemos que a tendência ao associativismo, demonstrada por diversos estudiosos da imigração alemã, também se manifestou na região da colônia Serro Azul e em São Paulo das Missões.

¹⁰¹ NEDEL, Airton Moacir. **São Paulo das Missões – “Teu Passado é Nossa História.”** Cerro Largo: Gráfica Lenz, 1999, p. 13.

¹⁰² SEIDLER, Carl, apud WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980, p. 338.

Nedel dedica seu livro a relatos das pessoas mais idosas do município sobre as lembranças que as mesmas trazem das histórias contadas por seus antepassados. Destacam-se os comentários sobre as dificuldades dos primeiros tempos na nova colônia, como as adversidades climáticas e os ataques de feras, a ausência de recursos de todos os tipos, a precariedade das instalações, a dificuldade de acesso aos centros maiores, etc. Porém, ao mesmo tempo, é ressaltado o perfil corajoso dos colonos, que não se deixavam abater pelos percalços encontrados, e que conseguiram progredir. Assim, notamos a ênfase dada pelo autor ao trabalho árduo dos pioneiros, sendo que esta dedicação ao trabalho é inclusive um dos elementos no qual se baseia a identidade dos teuto-brasileiros, como demonstra Seyferth:

A “origem” alemã é a qualidade étnica fundamental, etnocentricamente associada a um *ethos* do trabalho simbolizado pela colonização; “origem” que evoca pertencimento a um povo ou uma raça, mas que raramente impõe critérios fenotípicos como sinais de distinção étnica. O processo de colonização se tornou símbolo da etnicidade e modelo contrastante em relação à sociedade brasileira mais ampla. A imagem do imigrante alemão que dignifica o trabalho remete a uma apropriação simbólica da história da colonização – uma imagem construída por oposição a brasileiros estereotipados, num contexto de identidades contrastivas¹⁰³.

É este o espírito ressaltado pela Kerbfest-Missões, uma festa que ocorre no último fim de semana de janeiro, em homenagem a São Paulo Apóstolo, padroeiro da comunidade católica. Essa festa dura três dias, à semelhança dos antigos *Kerb*, festas familiares que reuniam toda a parentela. Nedel apresenta os objetivos atuais dessa festa:

Para fortalecer esta cultura, que nos dias atuais já se encontra um pouco esquecida, São Paulo das Missões, através da Kerbfest, passou a comemorar esta importante data, e também para comemorar o dia do Padroeiro São Paulo, tendo esta festa como principais objetivos: resgatar a cultura do Kerb; reencontro da família paulistana; reviver e cultuar as tradições alemãs através de: danças folclóricas, comidas típicas, a celebração da Kerbmies (sic.), o Kerweball, além de outras diversões.¹⁰⁴

¹⁰³ SEYFERTH, Girda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia, VASCONCELLOS, Naira (org.). **Os alemães no Sul do Brasil**. Canoas: Ulbra, 1994, p. 23.

¹⁰⁴ NEDEL, Airton Moacir. **São Paulo das Missões – “Teu Passado é Nossa História.”** Cerro Largo: Gráfica Lenz, 1999, p. 94-95.

Além disso, pode-se destacar a finalidade turística da festa, da mesma forma que ocorre em outras cidades de colonização alemã. Porém, para Seyferth,

Mesmo existindo para consumo turístico, tais festas têm caráter de símbolo étnico, marcam as diferenças em relação aos outros brasileiros, reafirmam valores culturais próprios. Não deixam de ser uma forma de renovação da distintividade, em que aparecem, em primeiro plano, os valores associados ao trabalho e à eficiência alemã, que se faz publicamente para os “outros” (no sentido étnico do termo), apesar de criticada por uma parte da população de origem étnica como manifestações da “cultura da cerveja”.¹⁰⁵

Outro elemento sempre ressaltado pelos estudiosos da imigração germânica é a imediata instalação de escolas nas colônias. Em São Paulo das Missões não foi diferente: já em 1911 foi criada a primeira escola comunitária, cujas aulas eram realizadas em língua alemã, e que também servia de capela. Da mesma forma como nas demais colônias citadas na historiografia, os primeiros professores também tinham o papel de auxiliar nas missas, nas comemorações festivas e nas demais atividades promovidas pela comunidade, sendo bastante respeitados. No entanto, “quando a comunidade não se agradava mais dos trabalhos do professor, este era substituído por outro, após uma consulta feita ao Padre Vigário”¹⁰⁶. A partir de Nedel, podemos verificar melhor a vinculação do professor com a promoção da religiosidade:

Aos sábados o professor mandava escrever na lousa de pedra, para segunda-feira, a título de tema, o Evangelho que o Padre lia no sermão da missa dominical. Com isto procurava incentivar a turma a não faltar à missa, e prestar atenção nas pregações do Padre.¹⁰⁷

Os alunos estudavam cerca de quatro a cinco anos para poderem passar pelo ritual da comunhão solene, sendo que então haviam recebido a escolaridade mínima e estavam aptos a participar plenamente das missas. Assim, percebe-se a vinculação do período de estudos ao rito religioso, sendo que o segundo exigia o primeiro. Na análise de Rambo,

¹⁰⁵ A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia, VASCONCELLOS, Naira (org.). **Os alemães no Sul do Brasil**. Canoas: Ulbra, 1994, p. 25.

¹⁰⁶ NEDEL, Airton Moacir **São Paulo das Missões – “Teu Passado é Nossa História.”** Cerro Largo: Gráfica Lenz, 1999, p. 76.

¹⁰⁷ Ibidem, p. 103.

(...) coube à escola e à educação uma parte fundamental na concretização do Projeto de Restauração. Tanto assim que os rituais como a comunhão solene, que franqueava a meninos e meninas o acesso pleno na participação religiosa e comunitária, se davam ao término e como coroação do período escolar de quatro anos. A conclusão de uma etapa na vida escolar que hoje é apenas um acontecimento profano, no contexto da Restauração revestia-se de um clima de sacralidade com o recebimento solene da eucaristia.¹⁰⁸

Outra característica das aulas era a rígida disciplina empregada, com castigos físicos em caso de desobediência e com o consentimento dos pais dos alunos:

Quando algum aluno aprontava alguma arte, dentro ou fora da sala de aula o professor o chamava para receber o devido castigo, e aí a vara cantava, e, ao chegar em casa era obrigado a contar ao pai o sucedido, recebendo aí mais uma dose de vara do pai.¹⁰⁹

O professor era pago pelos pais dos alunos, e podia ser substituído caso seu trabalho não agradasse, até que, em 1947, a escola foi municipalizada. Porém, em 1965, essa escola municipal foi fechada, e substituída pelo colégio Santa Clara, de propriedade das irmãs franciscanas. As religiosas dessa congregação também gerenciaram a construção e manutenção do Hospital de Caridade de São Paulo das Missões até os dias atuais.

O *Skt. Paulus Blatt*, periódico em língua alemã que começou a circular no Rio Grande do Sul a partir de 1912, também era bastante difundido no município de São Paulo das Missões. Além do papel informativo, pode ser apontado como um dos difusores do pensamento católico no local. Como afirma Rambo,

Sua linha editorial demonstra claramente a que veio desde o primeiro número até o último publicado em setembro de 1939 [quando parou de circular em virtude da Campanha de Nacionalização], isto é, a defesa intransigente do catolicismo teuto. O *Skt. Paulus Blatt* teve sua circulação retomada em 1948 e até a década de 1960 continuou a serviço do Projeto da Restauração Católica. É publicado ainda hoje como um dos raros periódicos em língua alemã no Brasil, mas, como é compreensível, seguindo uma linha editorial ajustada às circunstâncias do mundo e da Igreja de hoje.¹¹⁰

¹⁰⁸ A Igreja da Restauração Católica no Brasil Meridional. In: DREHER, Martin N. (org.). **Populações Rio-Grandenses e Modelos de Igreja**. Porto Alegre e São Leopoldo: EST e Ed. Sinodal, 1998. p. 154.

¹⁰⁹ NEDEL, Airton Moacir **São Paulo das Missões – “Teu Passado é Nossa História.”** Cerro Largo: Gráfica Lenz, 1999, p. 104.

¹¹⁰ Op. cit., p. 159.

O livro de Nedel (1999) também faz menção aos efeitos nocivos da Campanha de Nacionalização do Estado Novo, que provocaram a prisão de algumas pessoas e a desconfiança entre os colonos, pois não se sabia quem eram os espiões que faziam as denúncias. Nas palavras do autor,

O medo instalara-se na colônia. Os colonos e até moradores das cidades abandonaram as danças típicas, deixaram de cantar na língua de seus antepassados, o Kerb perdeu sua beleza. Uma geração inteira perdeu suas raízes. Durante a Segunda Guerra Mundial esse quadro acentuou-se. Ficou expressamente proibido falar-se no idioma alemão, o que dificultou bastante a vida dos nossos moradores, pois muito poucos sabiam falar o português. Havia muita perseguição, e quando alguém era flagrado falando em alemão, este era preso pelo comissário, após uma denúncia anônima. Existiam, inclusive, pessoas desta localidade que denunciavam as pessoas às autoridades. Quando os pais mandavam um filho fazer compras no comércio, ou mandavam um bilhete escrito em alemão, ou então, a criança falava ao pé do ouvido do comerciante, isto para que ninguém pudesse escutar. Tinha gente que até se escondia debaixo dos porões para escutar se não falavam em alemão, para daí, entregá-los ao comissário.¹¹¹

Da mesma forma, como encontramos em outros autores, Nedel lamenta a perda de muitos elementos da língua a partir do momento em que ela foi proibida, mas ressalta a valorização que vem sendo feita nos últimos anos, que busca ainda combater a depreciação do dialeto como “língua de colono”.

Ao focar-se a questão da língua, e para explicar o trauma provocado pela Campanha de Nacionalização, deve-se levar em consideração o papel primordial do idioma na delimitação de identidades étnicas. Assim, a língua alemã, ou melhor, o dialeto da região do Hunsrueck, que é falado no município de São Paulo das Missões até a atualidade, especialmente nas regiões rurais, constitui o principal elemento definidor da identidade étnica dos indivíduos que o falam. Apesar da incorporação e germanização de diversas palavras da língua portuguesa pela ausência de termos no idioma original para designar as novas estruturas que foram sendo criadas, tal dialeto é visto tanto pelos falantes quanto pelos não falantes como a herança de seus antepassados.

Da mesma forma que a língua sofreu modificações e adaptações, outros costumes foram sendo incorporados pelos descendentes de alemães. Assim sendo, pode-se entender como, da mesma maneira que foi criado um grupo de dança e folclore germânico (1993), pode ser fundado também um Centro de Tradições

¹¹¹ NEDEL, Airton Moacir **São Paulo das Missões – “Teu Passado é Nossa História.”** Cerro Largo: Gráfica Lenz, 1999, p. 09.

Gaúchas (1981) no município de São Paulo das Missões, sendo que muitos dos participantes frequentam ambos os grupos. E como exemplo de tal incorporação de elementos de outra cultura, no caso a gaúcha, pelos que se definem como descendentes de alemães, podemos citar o hábito de tomar chimarrão, encontrado inclusive durante a *Kerbfest*. Nedel, ao encerrar o seu livro, o faz dirigindo-se a ambos os grupos: “Despedimo-nos deixando ‘Prost’ aos que gostam e cultuam as tradições germânicas, e um ‘cinchado quebra-costelas’ aos tradicionalistas”¹¹².

Finalmente, de acordo com Correa,

Como não houve uma integração institucionalizada dos imigrantes e seus descendentes durante as primeiras décadas da imigração alemã para o Rio Grande do Sul, predominavam no construto da identidade étnica alguns elementos mais distintivos do *in-group* como a língua e a aparência física. A religião serviu igualmente para os imigrantes alemães e seus primeiros descendentes se distinguirem dos nativos. No aspecto religioso, cabe salientar que, se o contraste era maior em relação aos protestantes, mesmo o catolicismo alemão diferia do ibérico e, sobretudo, da religião popular do sul do Brasil¹¹³.

A essa informação, pode-se acrescentar que, como elemento diferenciador interno, ainda hoje a religião católica ou luterana mantém um papel fundamental. Aliado a isso, o dialeto Hunsrueck, diferenciador entre os falantes e não falantes, é mais encontrado entre a população rural, principalmente entre os mais idosos. A língua alemã oficial é ensinada nas escolas municipais aos alunos do ensino fundamental, e há concursos de leitura a nível regional e estadual para promover a sua valorização. Porém, quanto mais se distancia no tempo o período da colonização do município, mais se reduz o número de pessoas que usam o dialeto alemão no seu dia-a-dia, pela presença maior de indivíduos de outras etnias que não o compreendem. Da mesma forma, vem ocorrendo maior número de casamentos inter-étnicos, cujos filhos não tem a possibilidade de aprender o dialeto em casa como tradicionalmente ocorria.

Os casamentos entre descendentes de alemães católicos e luteranos, aparentemente, também têm se tornado mais frequentes nos últimos anos. À medida que as duas igrejas vão trabalhando em busca de certo ecumenismo, seus

¹¹² NEDEL, Ailton Moacir. **São Paulo das Missões – “Teu Passado é Nossa História.”** Cerro Largo: Gráfica Lenz, 1999, p. 115.

¹¹³ CORREA, Sílvio Marcos de Souza. Narrativas sobre o Brasil alemão ou a Alemanha brasileira: etnicidade e alteridade por meio da literatura de viagem. In: **Revista Anos 90** – v. 12, nº 21/22, Porto Alegre: Editora da UFRGS, Janeiro/dezembro de 2005, p. 250.

fiéis podem deixar de lado alguns radicalismos de outrora, onde um casamento misto era motivo de muitos comentários depreciativos entre as pessoas.

O relato de Enid Backes, sobre Santa Cruz do Sul, podia ser tranquilamente encontrado em São Paulo das Missões:

Antes de nascer, o antagonismo muito forte entre famílias católicas e protestantes existente em Santa Cruz do Sul na primeira metade do século já me marcara. Minha mãe era protestante e, em o sendo, não pudera casar na igreja com seu amado católico, que, como típico homem – fosse católico ou não – não abjurava de sua religião, pois isto era função da mulher. Como minha mãe se recusou a fazê-lo, só lhe restou a alternativa de casar na sacristia da igreja católica e tendo que jurar que educaria os filhos no catolicismo. Ela cumpriu o juramento mas passou a vida inteira ressaltando as contradições desta religião que, segundo ela, faziam dos católicos uns hipócritas que, confessavam no sábado, comungavam no domingo e na segunda-feira recomeçavam sua vida de pecados.¹¹⁴

No trecho acima, temos o relato pela visão dos protestantes. Regina Weber mostra que a partir dos católicos a situação não era diferente: “talvez um pouco tarde, eu descobri que teria sido vantajoso ter estudado no ‘Colégio Alemão’. Mas isso teria custado não apenas dinheiro, mas convicções, pois a família, pelo ramo materno, era de alemães muito católicos”¹¹⁵. A autora estudava em escola pública, onde eram encontradas crianças de todas as etnias, enquanto que o Colégio Alemão era dos estudantes evangélicos, e ensinava em língua alemã (o que poderia ter facilitado o aprendizado do alemão pela autora, idioma importante para os seus estudos posteriores e em cujo aprendizado a mesma encontrou dificuldades). No trecho citado, percebemos novamente o fato de que o custo do ensino particular era um dos fatores que restringiam a sua abrangência, mas também era levada em consideração a religião professada pela escola no momento de matricular os estudantes.

Na atualidade, não há escolas confessionais no município de São Paulo das Missões, o que leva as crianças e os adolescentes de ambas as religiões a viver mais próximas desde a infância. Isso também contribui para arrefecer possíveis diferenças com o passar do tempo. Porém, o mesmo tempo que colabora para uma convivência mais harmoniosa, também faz com que muitos elementos culturais

¹¹⁴ BACKES, Enid. Com ou sem raízes? In: FISCHER, Luís Augusto; GERTZ, René. **Nós, os teuto-gaúchos**. Porto Alegre: UFRGS, 1996, p. 327-330.

¹¹⁵ WEBER, Regina. Memórias e estudos sobre a condição de descendente de imigrantes alemães. In: FISCHER, Luiz Augusto; GERTZ, René E. Op. cit., p. 60.

sejam esquecidos ou transformados, já que a própria cultura está sempre em movimento e se refaz de acordo com as condições em que é produzida.

CONCLUSÃO

O tema da imigração germânica para o Brasil, apesar da existência de muitos estudos, ainda não está esgotado para pesquisas acadêmicas. A cada ano, surgem novos trabalhos, especialmente quando é comemorado o aniversário de algum fato importante do processo.

Nesse sentido, podemos encontrar estudos que tratam dos interesses econômicos e políticos que levaram o Brasil e os Estados germânicos a promoverem a política imigratória, bem como das influências dos imigrantes para o desenvolvimento econômico, suas manifestações culturais e especificidades religiosas, especialmente no Sul do país.

Ao mesmo tempo em que chegavam os colonos, incumbidos de trazer o tão esperado progresso para o Brasil, o Império teve que encontrar soluções para um novo problema: a religião de grande parte dos imigrantes alemães, que não era católica, mas protestante. Sendo o catolicismo a religião oficial do Império, intimamente ligada ao mesmo pelo padroado e responsável pelos registros de nascimento, casamento e morte, era necessário encontrar uma forma de conceder também aos protestantes esses direitos básicos de cidadania.

A concessão de tais direitos gerou muitos debates na Assembleia Legislativa do Império, principalmente entre os liberais e os ultramontanos. Os liberais priorizavam os interesses econômicos, entendendo que a presença de protestantes seria benéfica para o Brasil, enquanto que os ultramontanos receavam perder sua influência sobre a população brasileira, que já vinha diminuindo pelas contradições internas que a própria Igreja Católica vivia, bem como pelo fechamento de diversos

conventos e mosteiros e a conseqüente falta de frades e freiras que trabalhassem junto aos fiéis para o crescimento de sua fé.

Porém, os protestantes foram conquistando aos poucos os seus direitos durante o Império até que, com o advento da República, todos os cidadãos foram equiparados perante a lei, pelo menos no que tange à religião. Desde o início da colonização, os colonos tinham alguma participação política, pela sua presença em guerras e a nível local, movimentando-se nesse contexto de acordo com seus interesses. A partir da presença dos *Brummers*, surgem lideranças com formação intelectual capazes de trabalhar em favor do setor colonial, embora priorizassem os interesses da parcela mais rica da colônia, ou seja, dos comerciantes.

No que se refere à organização social das colônias, protestantes e católicos aproximavam-se, na medida em que ambos precisaram desenvolver comunidades que se autogerenciavam, com a utilização de leigos nas funções religiosas e na educação das crianças.

A convivência entre moradores de uma mesma localidade com religião diferente era harmoniosa, pelo menos até a chegada dos jesuítas alemães, imbuídos do espírito do Projeto de Restauração Católica, que desaconselhavam os casamentos mistos e os batismos com padrinhos luteranos. Da mesma forma, o envio de pastores pela Alemanha, imbuídos de ideais de germanidade que cresciam juntamente com o desenrolar da Unificação, fez com que, também do lado protestante, fossem recriminadas relações com católicos, até mesmo porque estes se aculturavam mais facilmente.

A aculturação dos católicos era mais rápida porque a sua religião não pregava um ideal de germanidade, como era o caso da protestante, especialmente dos pastores vinculados ao Sínodo Riograndense. Para os católicos, os elementos através dos quais a germanidade se difundia, como a língua, os cantos, as associações, eram meios de se promover a religião, sendo que esta não deveria ser restrita a uma determinada etnia - pois o catolicismo há muito era uma religião de diversas etnias.

Porém, com o Projeto de Restauração Católica, que se utilizou do uso da língua alemã e o seu ensino nas escolas católicas, foi possível que muitas características da identidade teuto-brasileira se mantivessem e fossem transmitidas às gerações seguintes. Aliado a isso, a própria forma de organização da

religiosidade católica das áreas de imigração era um elemento importante para a sua identificação como etnia.

Aliado a isso, pode-se dizer que o ideal de germanidade era mais discutido entre as elites urbanas, geralmente entre profissionais liberais, que vieram em levadas mais tardias de imigração. Estes intelectuais, fundamentados na ideia de *jus sanguinis* e *jus solis*, se apropriam do passado de trabalho sofrido dos colonos para construir uma identidade étnica, baseada nesse trabalho e na língua, e defendem o direito de serem cidadãos leais tanto ao Brasil quanto à Alemanha. Entre os primeiros colonos e as populações menos favorecidas, o mais comum era que se abandonasse a escola particular que ensinava em alemão assim que fosse aberta uma escola pública nas proximidades, não importando se nesta o ensino se desse em língua portuguesa.

Essa característica, da possibilidade de duplo pertencimento sem menosprezar ou enaltecer qualquer uma das nacionalidades, não foi compreendida pelos brasileiros em alguns momentos da nossa história. O mais marcante deles foi a Campanha de Nacionalização do governo de Getúlio Vargas, que obrigou todas as escolas das colônias a ensinarem o português, fechou os jornais alemães e cometeu diversos atos repressivos contra quem ousasse falar alemão. Os efeitos dessa campanha ainda são lembrados pelas pessoas mais idosas das comunidades, e podem ser sentidos na diminuição significativa no orgulho de afirmar-se alemão nas gerações que sofreram com ela.

No município de São Paulo das Missões podem ser encontrados alguns aspectos que foram marcantes no desenvolvimento da imigração como um todo. Destacam-se o início da ocupação a partir de uma empresa colonizadora, a imediata criação de uma escola que também servia de capela, o destacado papel da religião católica e do professor para a comunidade, os relatos dos desafios dos primeiros tempos, o ideal do trabalho também constituinte da identidade, as diversas associações e, num contexto mais recente, o desejo de resgatar as origens de seus habitantes através de festas típicas, do ensino da língua nas escolas e da criação de grupo folclórico.

Pelo que foi apresentado, deixa-se claro que a diferença de religião teve um papel fundamental na configuração do município e nas relações atualmente encontradas, embora tal importância venha diminuindo nos últimos anos. Da mesma forma, apesar dos esforços para a valorização da língua, a mesma vem se perdendo

a cada geração, especialmente no núcleo urbano. Nas localidades rurais, o dialeto Hunsrueck ainda é bastante utilizado, e passa para as crianças através de seus pais.

Muito ainda há para ser pesquisado sobre a imigração alemã. No próprio município de São Paulo das Missões, por exemplo, é necessário resgatar os motivos que levaram à divisão do mesmo na forma em que se encontra, bem como os interesses que motivaram a instalação da sede em um local diferente daquele inicialmente planejado (a Vila Pinheiro Machado, hoje). Enquanto ainda houver pessoas que entendam a importância da História, inclusive para a compreensão de sua própria identidade, haverá quem busque conhecer e preservar as histórias de seus antepassados.

REFERÊNCIAS

II SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL, 1976, Porto Alegre. **Anais...** São Leopoldo: Gráfica Rotermund S. A., 1976.

IV SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL, 1980, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: Editora UNISINOS, 1980.

BACKES, Enid. Com ou sem raízes? In: FISCHER, Luís Augusto; GERTZ, René. **Nós, os teuto-gaúchos**. Porto Alegre: UFRGS, 1996, p. 327-330.

BIASOLI, Vitor. **O Catolicismo Ultramontano e a Conquista de Santa Maria (1870/1920)**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

CARDOSO, Ciro F. **Os métodos da História**. 5 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

CATROGA, F. Recordação e esquecimento. In: **Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história**. Coimbra: Almeida, 2009.

CORREA, Sílvio Marcos de Souza. Narrativas sobre o Brasil alemão ou a Alemanha brasileira: etnicidade e alteridade por meio da literatura de viagem. In: **Revista Anos 90** – v. 12, nº 21/22, Porto Alegre: Editora da UFRGS, Janeiro/dezembro de 2005. p. 227 – 269.

COSTA, Haike Roselane Kleber da. **Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão: a história de uma liderança étnica (1868-1950)**. São Leopoldo: Oikos, 2006, Coleção ANPUHRS/RS.

CUNHA, Jorge Luiz da. Imigração e Colonização Alemã. In: PICCOLO, Helga I. L., PADOIN, Maria Medianeira (dir.). **História Geral do Rio Grande do Sul - Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 279-300. (Coleção).

DREHER, Martin N. As Religiões. In: PICCOLO, Helga I. L., PADOIN, Maria Medianeira (dir.). **História Geral do Rio Grande do Sul - Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 321-336. (Coleção).

_____. Protestantismos na América Meridional. In: DREHER, Martin N. (org.) **500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: EST, 2002. p. 115-138.

_____; GRÜTZMANN, Imgart; FELDENS, Jorge Augusto. **Imigração Alemã no Rio Grande do Sul: Recortes**. São Leopoldo: Oikos, 2008.

DUBY, Georges. **Atlas Histórico Mundial**. Madrid: Debate, 2001.

FÉLIX, Loiva Otero. Religião e política: os teuto-brasileiros e o PRR. In: MAUCH, Cláudia, VASCONCELLOS, Naira (org.). **Os alemães no Sul do Brasil**. Canoas: Ulbra, 1994, p. 77-85.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/resumo/images/mapas_municipios. Acessado em 12 de novembro de 2011.

GANZ, Magda Roswita. **Presença Teuta em Porto Alegre no Século XIX (1850-1889)**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. (Coleção ANPUH/RS).

GERTZ, René E. Revolução de 1893 nas regiões de colonização alemã. In: POSSAMAI, Zita (org.). **Revolução Federalista de 1893. Cadernos Porto & Vírgula**, nº 3, Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1993, p. 43-50.

GOLFETO, Norma Viapiana. **Imigração, Nacionalismo e Imigração: a transição da escola comunitária para a pública no RS**. Santa Maria, 1994. (Dissertação de Mestrado)

HUNSCHE, Carlos Henrique. **Protestantismo no Sul do Brasil nos 500 anos de nascimento de Lutero (1483-1983)**. São Leopoldo: Sinodal, 1983.

JUNGBLUT, Airton Luiz. O protestantismo luterano dos teuto-brasileiros: algumas considerações necessárias para uma abordagem antropológica. In: MAUCH, Cláudia, VASCONCELLOS, Naira (org.). **Os alemães no Sul do Brasil**. Canoas: Ulbra, 1994, p. 139-147.

KREUTZ, Lúcio. Escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul: perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia, VASCONCELLOS, Naira (org.). **Os alemães no Sul do Brasil**. Canoas: Ulbra, 1994, p. 149-161.

_____. **A Associação de Professores Católicos da Imigração Alemã no RS, e a Campanha de Nacionalização do Ensino (1900-1939)**. Disponível em: www.cce.udesc.br/cem/simposioudesc/anais/st3/st3lucio.doc. Acessado em 20 de junho de 2011.

_____. Modelo de uma igreja imigrante: educação e escola. In: DREHER, Martin N. (org.). **Populações rio-grandenses e modelos de igreja**. Porto Alegre: Edições EST: São Leopoldo: Sinodal, 1998, p. 201-217.

_____. Igreja Católica e o processo escolar entre os imigrantes alemães católicos no RS. In: DREHER, Martin N. (org.) **500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: EST, 2002, p. 472-480.

KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Eduardo Leitão et. al. 5 ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.

MEYER, Dagmar E. Estermann. Língua e Religião como instituintes da nacionalidade: cultura teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul. In: CUNHA, Jorge Luiz da, GÄRTNER, Angelika (orgs.). **Imigração Alemã no Rio Grande do Sul: História, Linguagem, Educação**. Santa Maria: Editora UFSM, 2003, p. 187-215.

NEDEL, Airton Moacir. **São Paulo das Missões – “Teu Passado é Nossa História.”** Cerro Largo: Gráfica Lenz, 1999.

NEGRÃO, Regis Ferreira. **Imigração Alemã e Educação Católica na Curitiba de finais do século XIX e início do XX**. Itatiba, 2008 (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <http://www.usf.edu.br/itatiba/mestrado/educacao/uploadAddress/RegisNegrao%5B10461%5D.pdf>. A-cessado em 20 de outubro de 2011.

PÁDUA, Jorge Hage. **Germanidade, luteranismo e catolicismo**: uma reflexão acerca das relações de sobrevivência e dependência entre a religião e a cultura teuto-brasileira no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Edição do Autor, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. O imigrante na política rio-grandense. In: DACANAL, José Hildebrando. **RS: Imigração e Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 156-194.

PICCOLO, Helga Iracema L. Alemães e italianos no Rio Grande do Sul: fricções inter-étnicas e ideológicas no século XIX. In: BONI, Luis A. de (org.) **A Presença Italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, 1990. Vol. II, p. 577-593.

PRADE, Helga Guttenkunst. O linguajar do alemão gaúcho. In: CUNHA, Jorge Luiz da, GÄRTNER, Angelika (orgs.). **Imigração Alemã no Rio Grande do Sul**: História, Linguagem, Educação. Santa Maria: Editora UFSM, 2003, p. 81-100.

Prefeitura Municipal de São Paulo das Missões. Disponível em: http://www.saopaulodasmissoes.rs.gov.br/portal1/dado_geral/mumain.asp?ildMun=100143380. Acessado em 12 de novembro de 2011.

RADÜNZ, Roberto. **A terra da liberdade**: o luteranismo gaúcho do século XIX. Caxias do Sul: Educs; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

RAMBO, Arthur B. A Igreja da Restauração Católica no Brasil Meridional. In: DREHER, Martin N. (org.). **Populações Rio-Grandenses e Modelos de Igreja**. Porto Alegre e São Leopoldo: EST e Ed. Sinodal, 1998, p. 147-162.

_____. A igreja dos imigrantes. In: DREHER, Martin N. (org.) **500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: EST Edições, 2002, p. 57-73.

RANZI, Serlei Maria Fischer. **Alemães Católicos**: Um Estudo Comparativo de Famílias em Curitiba (1850-1919). Curitiba: Universidade Federal do Paraná (Tese de Doutorado), 1996. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/24634/T%20-ORANZI,%20SERLEI%20MARIA%20FISCHER.pdf;jsessionid=52F889621E4B90AAA35A2729EF1D42D9?sequence=1>. Acessado em 18 de maio de 2011.

RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo no Brasil Monárquico**. São Paulo: Pioneira, 1973.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia, VASCONCELLOS, Naira (org.). **Os alemães no Sul do Brasil**. Canoas: Ulbra, 1994, p. 11-27.

SILVA, Haike Roselane Kleber da. **Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão: a história de uma liderança étnica (1868-1950)**. São Leopoldo: Oikos, 2006. (Coleção ANPUHRS/RS).

SIRIANI, Sílvia C. Lambert. Os descaminhos da Imigração alemã para São Paulo no século XIX – aspectos políticos. In: **Almanack brasileiro**, nº 2, novembro de 2005, p. 96. Disponível em: http://www.almanack.usp.br/PDFS/2/02_artigos_4.pdf. Acessado em 12 de outubro de 2011.

STEYER, Walter. A implantação do luteranismo confessional e as populações protestantes teutas. In: DREHER, Martin N. (org.). **Populações rio-grandenses e modelos de igreja**. Porto Alegre: Edições EST: São Leopoldo: Sinodal, 1998, p. 268- 80.

TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização social dos imigrantes: a Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2000.

VIEIRA, David Gueiros. **O Protestantismo, A Maçonaria e A Questão Religiosa no Brasil**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1980. (Coleção Temas Brasileiros).

WEBER, Regina. Memórias e estudos sobre a condição de descendente de imigrantes alemães. In: FISCHER, Luís Augusto; GERTZ, René. **Nós, os teuto-gaúchos**. Porto Alegre: UFRGS, 1996, p. 56-60.

WEIMER, Günther. A imigração alemã vista através de algumas teorias racistas brasileiras. In: IV SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL, 1980, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: Editora UNISINOS, 1980.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1980.